

Universidade do Minho  
Escola de Economia e Gestão

Ana Catarina Marques de Sousa

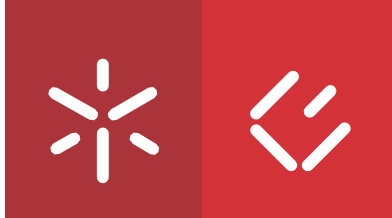
Gestão dos recursos hídricos e conflito: o caso do  
Egito, Sudão e Etiópia

Gestão dos recursos hídricos e conflito: o caso do Egito, Sudão e Etiópia

Ana Catarina Marques de Sousa

UMinho | 2022

Outubro de 2022



Universidade do Minho  
Escola de Economia e Gestão

Ana Catarina Marques de Sousa

Gestão dos recursos hídricos e conflito: o caso do Egito,  
Sudão e Etiópia

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Relações  
Internacionais

Trabalho efetuado sob a orientação de  
Professora Doutora Maria do Céu Pinto Arena

Outubro de 2022

## DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações  
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## Agradecimentos

A elaboração desta dissertação deve-se em grande parte à minha orientadora, a professora Maria do Céu Pinto Arena que teve a amabilidade de me aceitar guiar nesta nova etapa. Um obrigada pela sua ajuda e pela partilha do seu conhecimento comigo.

Queria agradecer também aos professores das UCs do Mestrado de Relações Internacionais, pois graças a eles foi-me possível conhecer novos desafios e novas realidades que em parte também ajudaram nesta dissertação.

Um agradecimento também para todos os meus amigos de longa data, que sempre estão comigo e acreditam em mim e nas minhas capacidades, na maior parte das vezes até mais do que eu. Sem eles e os seus momentos de descontração e felicidade não seria possível levar a vida de uma forma tão leve. Não esqueço também as minhas colegas de mestrado que partilharam comigo esta caminhada, onde fomos apoio mútuo nos momentos mais complicados e apesar de ser um tempo curto encontramos também alegrias.

Um obrigada à minha família que através dela me faz quer ser melhor e desejam partilhar comigo os bons momentos. São sobretudo um pilar quando é necessário ter força e coragem.

Por fim, não podia falta um grande obrigado ao meu pai e a minha mãe que tem sido sempre as figuras mais importantes e aqueles que me desejam tudo de melhor. É a eles que devo quem sou hoje e também a oportunidade de chegar tão longe na minha vida académica. A eles devo o meu eterno agradecimento.

## DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

## **Título**

Gestão dos recursos hídricos e conflito: o caso do Egito, Sudão e Etiópia

## **Resumo**

A partilha de recursos hídricos transfronteiriços cada vez mais tem vindo a ocupar um lugar importante na agenda política dos Estados constituintes do sistema internacional. Por conseguinte, as alterações climáticas e escassez de água também marcam cada vez mais a atualidade. Em conjunto ambas as situações podem levar a desentendimentos entre Estados quando veem as suas quotas hídricas reduzidas, sobretudo quando são construídas infraestruturas hídricas a montante. Esta nova realidade que está presente na agenda política de vários Estados traz consigo também conceitos novos como a diplomacia da água e a cooperação hídrica transfronteiriça.

Com esta dissertação, pretende-se assim analisar este problema emergente à luz do institucionalismo liberal. Recorrendo ao exemplo da bacia hidrográfica do Rio Nilo, mais precisamente ao caso da disputa entre Egito, Sudão e Etiópia. A presente investigação tem como objetivo principal, compreender que ferramentas têm sido utilizadas para mitigar estes novos problemas e se as mesmas se revelam eficientes quando utilizadas.

## **Palavras-chave**

Conflito hídrico; Cooperação hídrica transfronteiriça; Egito; Etiópia; Sudão

## **Title**

Management of water resources and conflict: the case of Egypt, Sudan and Ethiopia

## **Abstract**

The sharing of transboundary water resources has increasingly come to occupy an important place on the political agenda of the States in the international system. Therefore, climate change and water scarcity are also increasingly present today. Together, both situations can lead to disagreements between States when they see their water quotas reduced, especially when water infrastructures are built upstream. This new reality that is present on the political agenda of several States, also brings with it new concepts such as water diplomacy and transboundary water cooperation.

With this dissertation, we intend to analyse this emerging problem in the light of liberal institutionalism. Using the example of the Nile River basin, more precisely the case of the dispute between Egypt, Sudan and Ethiopia. The main objective of the present investigation is to understand which tools have been used to mitigate these new problems and if they prove to be efficient when used.

## **Keywords**

Egypt; Ethiopia; Sudan; Transboundary water cooperation; Water conflicts

# Índice

Resumo.....	VI
Abstract.....	VII
Índice de figuras .....	X
Abreviaturas e Siglas .....	XI
<b>Capítulo I. Introdução.....</b>	<b>12</b>
Contextualização e justificativa .....	12
O Estado da Arte.....	18
Pergunta de Investigação .....	23
Metodologia.....	24
<b>Capítulo II. Modelo teórico e clarificação conceptual .....</b>	<b>28</b>
2.1. O Institucionalismo Liberal.....	28
2.2. Clarificação conceptual.....	33
2.2.1 A diplomacia da água .....	33
2.2.2. A cooperação hídrica transfronteiriça.....	36
<b>Capítulo III. Contextualização .....</b>	<b>40</b>
3.1. Os Tratados pré-existentes.....	40
3.1.1. Tratado de 1902.....	40
3.1.2. Tratado de 1929.....	41
3.1.3. Tratado de 1959.....	42
3.1.4. Acordo Etíope-Egípcio de 1993 .....	43
3.2. A Iniciativa da Bacia do Nilo.....	45
3.2.1. Acordo sobre o Quadro Cooperativo da Bacia do Rio Nilo .....	47



<b>Capítulo IV. A cooperação entre Egito, Etiópia e Sudão</b> .....	50
4.1. A Grande Barragem do Renascimento Etíope .....	50
4.2. A Iniciativa da Bacia do Nilo (2011 a 2021) .....	53
4.3. A Declaração de Princípios de 2015 .....	58
4.4. O <i>Open Water Diplomacy Lab</i> .....	62
4.5. Reuniões complementares.....	64
4.5.1. A intervenção da União Europeia.....	64
4.5.2 A intervenção dos EUA e do Banco Mundial .....	65
4.5.3. A intervenção da União Africana.....	67
4.5.4. As negociações no Conselho de Segurança das Nações Unidas.....	68
<b>Conclusão</b> .....	71
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	78

## Índice de figuras

Figura 1: Bacia Hidrográfica do Rio Nilo .....	13
Figura 2: Localização da GBRE .....	50
Figura 3: Locais onde já se realizou o "Dia do Nilo" .....	55

## **Abreviaturas e Siglas**

**BM** Banco Mundial

**CSNU** Conselho de Segurança das Nações Unidas

**CUE** Conselho da União Europeia

**ETRNO** Escritório Técnico Regional do Nilo Oriental

**EUA** Estados Unidos da América

**GBRE** Grande Barragem do Renascimento Etíope

**IBN** Iniciativa da Bacia do Nilo

**PASLEN** Programa de Ação Subsidiária dos Lagos Equatoriais do Nilo

**PASNO** Programa de Ação Subsidiária do Nilo Oriental

**UC-PASLEN** Unidade de Cooperação do Programa de Ação Subsidiária dos Lagos Equatoriais do Nilo

**UA** União Africana

**UE** União Europeia

**SIBN** Secretariado da Iniciativa da Bacia do Nilo

## Capítulo I. Introdução

### Contextualização e justificativa

Podemos dizer que, atualmente, existem cerca de 263 rios em todo o mundo que tem como a sua principal característica o facto de serem transfronteiriços, ou seja, atravessam fronteiras de dois ou mais países. A situação de muitos sistemas mundiais de água serem transfronteiriços faz com que se possa vir a desenvolver uma competição entre os países que os compartilham. Para piorar esta situação podemos acrescentar ainda, o facto de que os recursos hídricos têm vindo a perder qualidade. Ao mesmo tempo que se verifica esta redução de qualidade é relatada também uma redução na sua quantidade, o que acaba por se traduzir numa escassez de água (Angelakis et al. 2021).

Podemos então dizer que os conflitos pelos recursos hídricos não são um fenómeno novo já que eles datam cerca de 3500 a.C. Porém, percebemos que nos dias de hoje estes conflitos são muito mais complicados. Esta última afirmação torna-se real quando compreendemos que existe um aumento de variabilidades que até agora eram inexistentes ou pouco importantes. Estas variabilidades podem ser associadas sobretudo ao crescimento de uma economia globalizada. Para além disto, outro ponto fulcral são as alterações climáticas que nos indicam que irão trazer desafios transfronteiriços na gestão dos conflitos pela posse dos recursos hídricos (Angelakis et al. 2021).

O século XX viu todos os países que pertencem à bacia hidrográfica do Rio Nilo enfrentarem desafios significativos relacionados com a degradação ambiental. As cheias recorrentes seguidas de secas extremas e ainda a pobreza energética são alguns dos problemas que podem ser mencionados (Iniciativa Bacia do Nilo 2015). Torna-se assim importante salientar a geografia deste rio que acaba por atravessar 11 países e termina a sua jornada no Mar Mediterrâneo (Banco Mundial 2018).

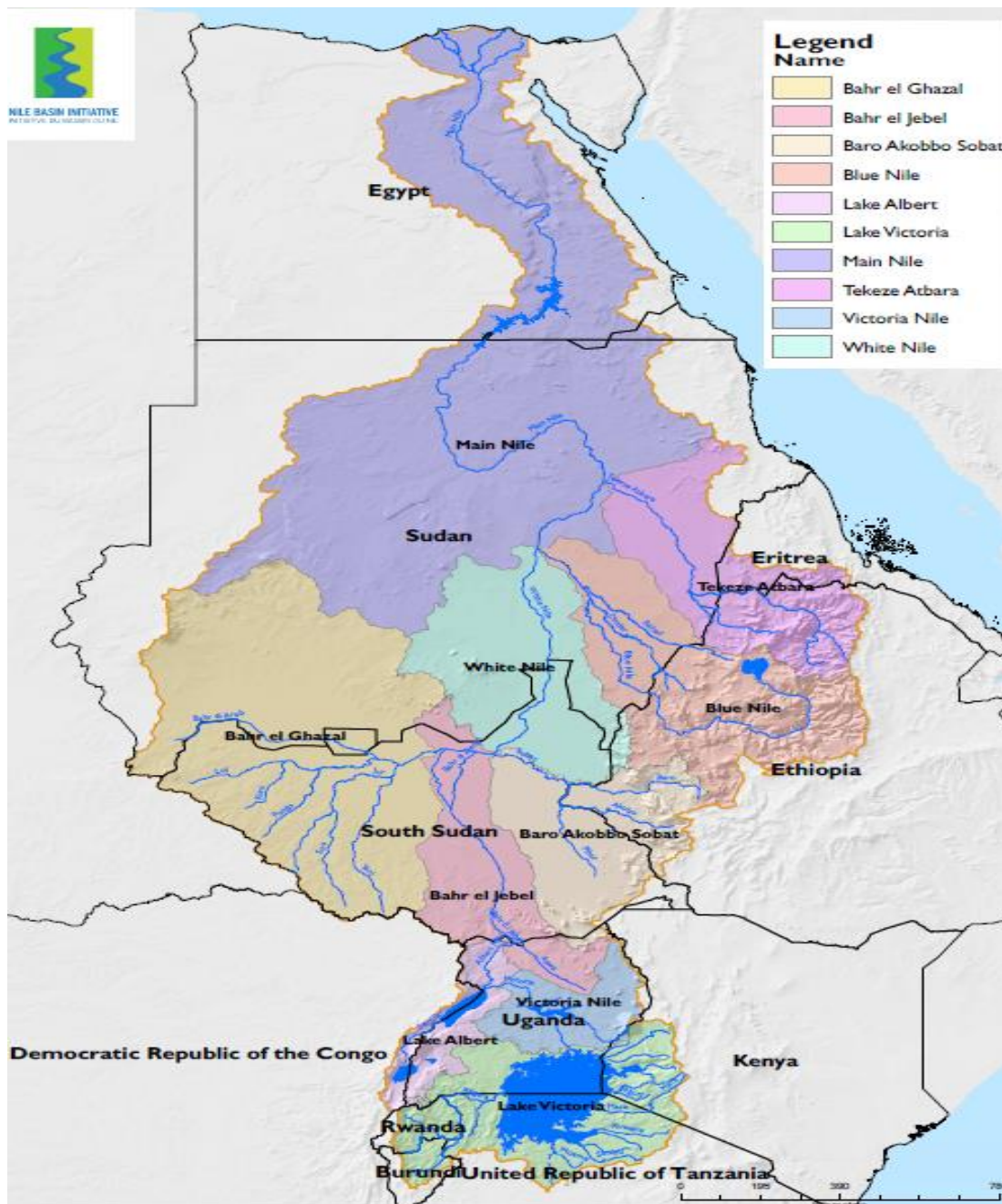


Figura 1: Bacia Hidrográfica do Rio Nilo (Iniciativa Bacia do Nilo s.d)

Durante vários anos, estes países pertencentes à bacia hidrográfica do Nilo sofreram com os conflitos e tensões criadas devido maioritariamente à partilha do rio. Estes problemas não resolvidos como o controlo e pertença das águas do rio tornaram-se entraves para que se criasse cooperação. Antes do ano de 1999, os países ribeirinhos do Nilo desenvolviam os seus projetos sem nunca pensar nas possíveis implicações que poderiam surgir para os seus vizinhos. Por outro

lado, a questão da proteção do ecossistema do rio nem sequer era contabilizada (Iniciativa Bacia do Nilo 2015).

Devido a tudo isto, em 1999 surgiu a necessidade de se criar uma parceria intergovernamental entre os países banhados pelo Rio Nilo. A parceria fica a ser conhecida como Iniciativa da Bacia do Nilo que contava com 9 países ribeirinhos. Os Estados pertencentes seriam então o Burundi, República Democrática do Congo, Egito, Etiópia, Quênia, Ruanda, Sudão, Tanzânia e Uganda (Iniciativa Bacia do Nilo 2015).

Os principais objetivos desta iniciativa seriam, desenvolver os recursos hídricos da bacia hidrográfica do Nilo de uma forma sustentável e equitativa. Com isto seria expectável que se garantisse prosperidade, segurança e paz para todos os povos. De entre outros aspetos, também seria importante garantir uma gestão eficiente da água e um uso otimizado dos recursos presentes no Rio Nilo. Assegurar a cooperação e a atuação conjunta entre os países ribeirinhos também fazia parte dos objetivos, onde mais tarde se pretendiam conseguir ganhos *win-win*. Num horizonte mais alargado seria interessante erradicar a pobreza, promover uma integração económica e garantir que o programa permitia uma mudança do plano para a ação (Iniciativa Bacia do Nilo 2015). Atualmente a IBN conta com 10 países já que o Sudão do Sul decidiu aderir à parceria intergovernamental (Iniciativa Bacia do Nilo 2018).

A problemática da escassez de água surge quando falamos de um dos países que faz parte da bacia hidrográfica do Nilo que é o Egito. Uma combinação de fatores como o caso das demandas socioeconómicas, escassez de água física e a competição transfronteiriça trazem assim problemas para este país. Estes problemas acabam por se verificar tanto a nível do fornecimento de água como a nível do saneamento (Banco Mundial 2018).

Por outro lado, nesta equação também não devemos esquecer o efeito das alterações climáticas que reduzem a precipitação, aumentam as temperaturas e mudam a direção do curso do Rio Nilo (Banco Mundial 2018). Podemos dizer assim que, os egípcios dependem em cerca de 90% da água do Nilo. Verificando-se que, quando o rio tem um fluxo estável significa que este se apresenta como uma fonte de sobrevivência, sobretudo nos tempos em que o Egito é mitigado pela escassez de água (Mutahi 2020).

As tensões ligadas ao problema hídrico começam assim em 2011, quando o Egito e a Etiópia mostram que as suas relações estão bastante difíceis no que toca à partilha de recursos

hídricos mais especificamente do Rio Nilo. Isto acontece, pois, a Etiópia decide construir uma barragem nos planaltos etíopes que são responsáveis por cerca de 85% do fluxo de água que corre para o Rio Nilo (Mbaku 2020). As tensões acabaram por estar mais inflamadas devido ao facto de a Etiópia não ter consultado o Egito e o Sudão. Como estes dois Estados aparecem a jusante, seria essencial saber a opinião e os seus receios relativamente à construção de uma infraestrutura hídrica a montante dos seus países. Também o governo etíope hesitou em permitir uma avaliação de impacto ambiental e social da barragem, alegando que o assunto apenas dizia respeito à soberania do povo etíope (Mohyeldeen 2021).

Apesar de todos os receios sentidos pelo Egito, a Etiópia garante constantemente que a construção desta barragem não vai negar o acesso à água do Rio Nilo por parte da população egípcia. Afirma ainda que, este projeto é crucial sobretudo para o desenvolvimento económico do povo etíope (Paravicini e Endeshaw 2020).

Relativamente à barragem, a Grande Barragem do Renascimento Etíope tem um custo de 4,8 mil milhões de dólares e foi construída por uma empresa italiana. Localiza-se no Nilo Azul<sup>1</sup> e tem uma capacidade de 74 mil milhões de metros cúbicos e espera gerar 6000 *megawatts* de energia (Tawil 2020). Quando terminada, pretende-se que a barragem gere energia suficiente para manter os cidadãos etíopes conectados à rede elétrica. Mostra-se uma construção essencial já que cerca de 65% da população não tem acesso à eletricidade. O excedente que se verificar será vendido para os países vizinhos que vão acabar por beneficiar também desta construção (Mutahi 2020).

A construção desta barragem originou assim uma contenda entre o Egito e a Etiópia sobretudo quando é mencionado o tempo de abastecimento do reservatório da barragem. O Egito, propõe que o abastecimento do reservatório seja realizado num período mais alargado para que o caudal do Rio Nilo não sofra uma descida drástica. Por sua vez, temos também a Etiópia que quer levar a cabo as suas ações num período de 6 anos. Como terceiro interveniente, temos o Sudão que acabou também por ser apanhado no meio do conflito (Mutahi 2020). Apesar de no início se opor à construção da barragem, a verdade é que esta poderá trazer benefícios para os sudaneses. Estes benefícios são sobretudo a nível do desenvolvimento doméstico. No entanto, não se pode

---

<sup>1</sup> Afluente do Rio Nilo (Tawil 2020).

descartar uma possível ameaça às barragens já existentes no Sudão, sendo essa também uma das preocupações que o país tem (Mbaku 2020).

Para além dos três intervenientes principais, o Egito apela também à comunidade internacional para que interfira no assunto como o caso do Conselho de Segurança das Nações Unidas, União Africana ou até mesmo os Estados Unidos da América (Mohyeldeen 2021). Esta situação de intervenção da comunidade internacional não agrada à Etiópia. O país aborda o assunto de um ponto de vista da soberania nacional já que a construção da barragem não depende de financiamento externo e sim de obrigações do governo etíope e fundos privados. Sendo assim, estas atitudes fazem com que o país tenha criticado a interferência estrangeira no assunto (Mutahi 2020).

Este receio que a Etiópia demonstra relativamente à intervenção estrangeira não é novo, pois a mesma situação já tinha acontecido em alguns tratados relativos à época colonial. Como o caso do Tratado Tripartido de 1906 onde a Grã-Bretanha, França e Itália assinaram um tratado que visava a Etiópia. Neste tratado, seria suposto estabelecer um quadro jurídico e algumas medidas para que se regulasse a esfera de influência etíope. Ele é elaborado após os problemas de sucessão aquando o imperador Menelik II sofreu um derrame (Ferede e Abebe 2014).

Outra das questões que também tem mostrado ser um problema é o facto de existirem alguns tratados que remontam à época colonial e que se destinam à partilha das águas do Rio Nilo. Um desses tratados foi o de 1929 que acabou por conceder ao Egito e ao Sudão direitos sobre todas as águas do Rio Nilo. Este documento acaba também por dar veto ao Egito sobre quaisquer projetos elaborados pelos países situados a montante. O veto do Egito revela-se importante já que estes projetos podiam por ventura afetar a parcela de água destinada aos egípcios (Mutahi 2020). Neste tratado, os etíopes e outros países que faziam parte da bacia hidrográfica do Nilo não participaram. Quem negociou no seu lugar foi o Reino Unido com o Egito, já que os britânicos nesta época tinham influência e dominavam a zona (Mohyeldeen 2021).

Um segundo tratado foi então assinado em 1959. Após a assinatura de Cartum e do Cairo este tratado consagrava o Tratado Anglo-Egípcio de 1929. Aqui existiram alguns ajustes para beneficiar os dois países. Sendo, como exemplo, um aumento da distribuição anual de água garantida para o Egito de 55,5 mil milhões de metros cúbicos e para o Sudão de 18,5 mil milhões de metros cúbicos. O Egito continuava assim a argumentar que o tratado de 1929 e o acordo de 1959 ignoravam as suas necessidades hídricas atuais (Mohyeldeen 2021).



Relativamente à pertinência do tema, o tema escolhido revela-se bastante pertinente. Isto acontece, pois, estamos confrontados com uma nova realidade que irá afetar imensos países a médio e longo prazo devido às constantes consequências derivadas das alterações climáticas. Tal como foi referido no início desta proposta há cerca de 263 rios que são partilhados por vários países o que acaba por se tornar assim essencial estudar mais em pormenor estas questões da partilha de recursos hídricos transfronteiriços. De que forma se poderão organizar e comunicar os países para que os conflitos sobre as questões hídricas sejam amenizados. Por conseguinte, mostra-se essencial fazer com que a água não passe de um elemento essencial à vida para se tornar num motivo de disputa.

A relevância do tema mostra-nos ainda que este tipo de problemas não escolhe locais. Prova disso é a situação que se tem vivido entre Portugal e Espanha no que diz respeito à partilha de recursos hídricos. Portugal tem vivido momentos de secas extremas, situação que é reportada várias vezes ao longo dos anos. Em 2005, Portugal experienciou a pior seca dos últimos 60 anos quando as reservas do Rio Douro chegavam a uns meros 60%. Neste período, Portugal acabou por acusar a Espanha de lhe retirar água que seria essencial ao país, já que vários dos seus rios<sup>2</sup> têm as suas nascentes no país vizinho. O governo espanhol acabou por admitir que teria quebrado o acordo elaborado em 1998 entre os dois países, o que resultaria no pagamento de uma compensação a Portugal de 6 milhões de euros (Tremlett 2005).

Mais recentemente, já no ano corrente, a problemática da partilha de recursos hídricos volta a acontecer entre os dois países. Em setembro, chegam as notícias a Portugal de que Espanha iria novamente cortar nas quotas de água que seriam destinadas a Portugal (Sousa 2022). Esta atitude vai assim em contradição ao que foi acordado na Convenção de Albufeira relativamente às águas que deveriam ser transferidas para Portugal. A decisão espanhola acontece sobretudo devido às pressões que o governo teria vindo a sofrer por parte das comunidades que usam o rio e os municípios ribeirinhos. Crê-se que a situação possa vir a piorar já que a Espanha continua a vivenciar uma das piores secas da sua história. Até o próprio jornal espanhol *El Mundo*, afirma que podemos estar perante uma guerra pela água (Dias 2022).

Com este exemplo, mostra-se que a problemática relativa à partilha de recursos hídricos transfronteiriços cada vez mais se pretende mostrar como um assunto importante para o

---

<sup>2</sup> Rio Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana (Dias 2022).

relacionamento de países vizinhos. Para além disto, a partilha de recursos hídricos traz também novos desafios que esperam que as Relações Internacionais passem a estudar e a tentar resolver.

Para completar a justificativa, achamos relevante adicionar a citação de Kofi Annan em 2002 durante o Dia Mundial da Água nas Nações Unidas. Ele diz-nos que a feroz “competição nacional pelos recursos hídricos originou temores de que a água possua sementes para um conflito violento. Mas os problemas hídricos que o nosso mundo enfrenta não precisam ser por causa de tensões, podem ser um catalisador para a cooperação”<sup>3</sup> (Nações Unidas 2002).

## O Estado da Arte

A literatura a nível do que foi escrito sobre os *water conflicts* nas Relações Internacionais é relativamente vasta. Vários são os autores que acabam por analisar esta problemática que se foca sobretudo na partilha de recursos hídricos em comum.

Em primeiro lugar, antes começarmos a analisar os *water conflicts* é interessante perceber como é que a água pode ser vista durante os conflitos. Para responder a esta curiosidade, o *Pacific Institute* (2019) diz-nos que a água durante um conflito pode ser classificada entre gatilho, arma ou alvo. O gatilho associa a água como sendo a causa do conflito. Aqui existe uma disputa pelo controlo da água ou de outras fontes hídricas. Pode existir ainda quando o acesso físico ou económico à água, ou a escassez de água desencadeiam violência. Quando falamos da água como sendo uma arma, é sobretudo quando as fontes de água ou os sistemas hídricos são utilizados como uma ferramenta ou arma num conflito violento. Já quando nos referimos a um alvo, os recursos hídricos e os sistemas hídricos são as vítimas do conflito onde estes são alvos intencionais ou propositais num conflito violento.

Relativamente ao que a literatura nos fala sobre o conflito da água, o autor Peter Gleick (1993), diz-nos que podemos ver os conflitos relacionados com os recursos hídricos de duas lentes distintas. A primeira quando relacionada com a sua escassez e quando esta é partilhada por dois ou mais países. Esta água pode estar presente em rios, aquíferos ou lagos. Devido aos suplementos limitados isto pode então fazer com que os países se vejam na postura de declararem

---

<sup>3</sup> Traduzido pela autora.

o acesso à água destes recursos hídricos como sendo um assunto de segurança nacional. Por outro lado, podemos relacionar o aparecimento dos conflitos hídricos com impactos secundários. Estes traduzem-se nas instalações de irrigação, desenvolvimentos hidroelétricos e reservatórios de controlo de cheias. O problema ocorre pois grandes desenvolvimentos relacionados com a água podem significar uma maior escassez para os países que se encontram a jusante.

O autor refere ainda que este tipo de tensões pode vir a aumentar cada vez mais, uma vez que, a população mundial tem registado um aumento. O aumento da população, traduz-se também numa maior demanda de água para vários setores como a agricultura, indústria e desenvolvimento económico. Devemos ainda mencionar o facto de Peter Gleick referir no seu trabalho de que em regiões com abastecimento de água partilhado, a participação de um terceiro elemento para resolver as disputas relativas aos recursos hídricos pode significar o fim dos conflitos (Gleick 1993) .

Também os autores Simon Mason e Tobias Siegfried (s.d) descrevem os conflitos hídricos como uma incompatibilidade entre dois ou mais atores. A questão essencial aqui é se este tipo de conflito pode levar à violência ou não. Completam ainda que estes conflitos não podem ser vistos de uma forma onde a sua principal causa é so um fator, mas sim um conjunto de outros fatores que estão relacionados com os recursos hídricos.

A bibliografia elaborada sobre os conflitos hídricos vai mais além e classifica-os segundo quatro níveis que acabam por estar interdependentes uns dos outros. Para os autores Jason Gehrig e Mark Rogers (2009), este tipo de conflitos pode ser a nível local, entre grupos da sociedade que competem pela água numa área específica, ou entre cidadãos e o Estado numa área específica. A nível nacional, entre diferentes grupos de interesses em relação às políticas nacionais que afetam diretamente a gestão hídrica. O terceiro nível, é o internacional onde o conflito se dá sobretudo entre Estados relativamente ao uso de recursos hídricos que são partilhados. Por fim, o último nível que pode ser o global. Aqui o conflito dá-se entre a população pobre e a população rica. Este tipo de conflitos surge quando os recursos hídricos são distribuídos das populações marginalizadas pertencentes às periferias para os setores privilegiados que estão no centro.

De acordo com Jacqueline Tront (2015), a autora concorda que a água se torna problemática quando, este recurso efetua a sua travessia além-fronteiras. Isto acaba por trazer aos países atravessados pelos mesmos recursos hídricos desafios, quer sejam eles económicos, financeiros, logísticos e também políticos. Estes conflitos hídricos serão cada vez mais

potencializados sobretudo quando regiões caracterizadas por escassez de água enfrentam um aumento na intensidade das secas, inundações e monções. Não nos podemos ainda esquecer do degelo dos glaciares e a diminuição do armazenamento de neve e também da possível intrusão da água salgada nos solos ou nos reservatórios de água doce.

Também podemos acrescentar aqui outro agravante que será a construção e/ou desenvolvimento de infraestruturas. Isto significa que as barragens que são construídas ao longo do curso de determinado rio podem efetivamente trazer grandes vantagens para determinado país. Mas numa proporção igual poderá impactar negativamente os ecossistemas e as comunidades dos países vizinhos que compõe esta bacia hidrográfica (UN Water 2013). A preocupação a nível dos conflitos hídricos situa-se no ponto em que os vários países que compõe a agenda internacional acabam por demonstrar ter um forte nível de dependência/interdependência. As relações a montante/jusante podem-se caracterizar por ser assimétricas o que faz com que os países a jusante tenham de enfrentar vulnerabilidades que se podem tornar significantes devido às escolhas feitas pelos estados a montante (Conca 2007).

Podemos referir que existem assim dois tipos de disputas pelos recursos hídricos. O primeiro relaciona-se com a quantidade de água, ou seja, a quantidade que o estado a montante deve deixar na bacia hidrográfica de um rio para que esta possa ser utilizada pelos estados a jusante. Por outro lado, o segundo tipo de disputas está ligado ao nível de desenvolvimento de projetos que incluam a água, neste caso podemos referir a construção de barragens em estados a montante (Conca 2007). Segundo Ken Conca (2007), a primeira situação mencionada revela-se pouco provável de gerar um conflito. O autor revela ainda que os conflitos serão mais prováveis quando aparecem novas bacias hidrográficas que são institucionalizadas. Estas novas bacias hidrográficas acabam por surgir com a independência de novos Estados ou quando os Estados a montante decidem tomar a iniciativa de criar projetos unilaterais sem a presença de um acordo internacional.

Para os autores Jason Gehrig e Mark Rogers (2009), a escassez de água é destacada como sendo também uma das causas para a existência de violência e conflitos entre as nações. Conflitos e violência que se localizam especialmente em regiões situadas a jusante. Para estes dois autores os conflitos também podem ser causados devido a fatores socioeconómicos. Tendo como exemplo, a crescente demanda de água, pobreza e a marginalização. Outros fatores podem ser também os de cariz institucional e político. Aqui são o caso da falta de transparência entre

Estados, tensões transfronteiriças e também os projetos de construção de barragens. Por fim, os autores não deixam de salientar também um outro fator que se relaciona sobretudo com o meio ambiente, aqui podemos inserir questões como a escassez da água, as alterações climáticas e a degradação das bacias hidrográficas.

Movendo o nosso foco da revisão bibliográfica para um nível mais afunilado, os conflitos sobre a água do Rio Nilo revelam-se importantes. A sua importância acontece, pois, os conflitos podem dar aso a conflitos já existentes na região do Corno de África. Estes conflitos revelam-se bastante especiais sobretudo por estarem bastante perto da região do Médio Oriente que é sobretudo uma região caracterizada por ser bastante frágil e volátil (Kameri-Mbote 2007), o que acaba por tornar assim o estudo sobre os conflitos hídricos importante para as Relações Internacionais (Warner 2012).

As tensões relacionadas com o Rio Nilo e a sua água remetem-nos para décadas atrás. As relações entre os países que fazem parte da bacia hidrográfica do Nilo são regidas por tratados e acordos assinados durante o século XX mais especificamente em 1902, 1929 e 1959 (Al-Anani 2020). Aqui podemos começar também a direcionar a bibliografia existente para o nosso estudo de caso. De acordo com o que nos foi mencionado previamente pelos autores Simon Mason e Tobias Siegfried quando nos dizem que estes tipos de conflitos não acontecem só com um fator e sim com a junção de vários. Ashok Swain (1997) na sua investigação data uma série de acontecimentos que vão limitando o Egito a nível de acesso à água. Começando com a construção de uma primeira barragem em 1889 em Aswan, uma cidade egípcia. Logo em seguida a construção de outra no ano de 1928 que pretendia sobretudo trazer benefícios para os egípcios aumentando a capacidade de armazenamento da barragem de Aswan.

No entanto, mais tarde de 1956 a 1958 tornou-se de facto problemático a construção destas duas barragens. Elas alimentavam-se não só da água do Nilo, mas também da água do lago Nasser. Assim a problemática instaura-se, pois, a disputa entre o Egito e o Sudão a nível das águas do rio Nilo começa cada vez mais a tomar forma. Onde também podemos acrescentar a retirada por parte do Egito de um compromisso que tinha com os sudaneses para os ajudar a construir um reservatório no Nilo Azul (Swain 1997).

A construção de barragens é vista por especialistas como Shiva como uma possível causa de conflito que se poderá tornar físico. A promoção da construção de barragens para o desenvolvimento dos países, acaba por criar populações sem privilégios, deslocadas e que

enfrentam cada vez mais escassez e desastres ambientais. Isto acaba por gerar assim uma reação por parte destas pessoas geralmente caracterizada por ser uma forma violenta. As pessoas acabam por resistir de formas agressivas à possível perda das casas e dos meios de subsistência. Para além disto, a criação de barragens pode ser vista como um agravar de tensões já existentes, criando-se disputas internacionais (Larrick 2017).

Com as tensões já inflamadas e para piorar a situação o Sudão decide não aderir ao Acordo de 1929 o que fez aumentar tensões. Fazendo até com que os egípcios trouxessem o seu exército para a fronteira revelando um ato de demonstração de força. As relações entre os dois países deterioraram-se ainda mais em 1985 quando o Cairo se opõe à revisão do Acordo de 1959 para que o Sudão aumentasse a sua participação nas águas do Nilo. A Etiópia junta-se às tensões relacionadas com os recursos hídricos do Nilo quando crítica o Acordo de 1959 e exige para si uma percentagem das águas do Rio Nilo. O azedar das tensões com o Egito também acontece após o tratado de paz entre Israel e Egito mesmo Sadat não tendo seguido o seu plano de “água pela paz”<sup>4</sup> (Swain 1997).

O autor David Michel (2020), afirma-nos que os conflitos da água na maior parte das vezes acabam por estar atrelados às políticas e práticas de governança dos Estados. Contrariando a ideia principal de que os *water conflicts* estão sempre relacionados às mudanças ambientais e pressões por recursos. Os conflitos hídricos podem assim seguir por vários caminhos. Podem ser por acesso à água, quantidade/ qualidade dos recursos hídricos, meios de subsistência e desenvolvimento, desastres relacionados com a água e ainda processos políticos.

As relações amigáveis entre o Egito e Israel também se mostraram um ponto negativo no que toca ao relacionamento com os Estados que fazem parte da bacia hidrográfica do Nilo. O Cairo, nunca hesitou assim em utilizar a ameaça de guerra para com os países a montante contra qualquer ação que eles pudessem tomar para impedir o seu abastecimento. O Rio Nilo tem sido presença fundamental na política externa do Egito, tendo como exemplo, desta situação o ano de 1979. Mengistu na altura presidente da Etiópia ameaçou reduzir os fluxos do Nilo Azul em forma de protesto ao plano mencionado anteriormente. Sadat alertou que se de facto a situação acontecesse, a única alternativa dos egípcios seria utilizar a força (Swain 1997).

---

<sup>4</sup> Nome dado a uma transferência de água das chamadas “novas terras” no oeste do Delta do Nilo. O norte de Sinai iria receber cerca de 3 mil milhões de metros cúbicos por ano de água proveniente do rio Nilo (Swain 1997).

Simon Mason (2004) na sua tese de doutoramento relacionada com o Rio Nilo revela-nos que maior parte dos países a montante do Rio Nilo rejeitam os acordos coloniais. Com especial ênfase para aqueles que são defendidos pelo Egito como o caso do Princípio dos “direitos adquiridos”. Da mesma forma que muitos não aceitam também o Acordo de 1959 entre Egito e Sudão pois existe uma falta de consentimento por parte de outros países e mais especificamente da Etiópia.

Para além das discórdias que se geram em torno dos acordos que dizem respeito às águas pertencentes ao Rio Nilo, Khalil Al-Anani (2020) cita ainda outro motivo para o conflito da água se tornar cada vez mais importante. A população dos países que pertencem à bacia hidrográfica do Rio Nilo encontra-se em crescimento muito acelerado. Isto significa um aumento das suas necessidades para se desenvolverem. Esta situação traz consigo como consequências as tensões e divergência entre eles, o que vai ao encontro do que já foi também mencionado anteriormente por Peter Gleik.

## Pergunta de Investigação

O objetivo deste trabalho de investigação consiste em realizar uma análise tendo por base a seguinte questão norteadora: Poderão a cooperação e a diplomacia mitigar os conflitos relacionados com os recursos hídricos?

A pergunta de investigação poderá ter pelo menos três possíveis hipóteses de resposta. A primeira seria que a cooperação e a diplomacia são ferramentas capazes de mitigar os conflitos relacionados com os recursos hídricos. A segunda hipótese seria que a cooperação e a diplomacia apenas seriam suficientes para diminuir as tensões a nível do conflito dos recursos hídricos. Por fim, a última hipótese seria a de que a cooperação e a diplomacia não são suficientes para mitigar os conflitos relacionados com os recursos hídricos.

A pesquisa para a investigação passará muito por analisar quais os pontos de contacto entre os três países e não só. Irá se tentar observar se após iniciada a tensão devido à construção da barragem etiope existiram tentativas para que fosse possível mitigar as tensões. Salientando-se que, a principal análise passa pelos três países pertencentes ao estudo de caso sendo assim dada mais importância a esta informação.

Para além da questão que dá início à investigação, outras questões também acabam por surgir como, terá o Sudão um papel de moderador entre os dois países? Caso existam estratégias para mitigar as tensões entre os países, estarão elas a ser suficientemente eficazes para que todos os países se sintam satisfeitos? Para além destas questões será interessante perceber até que ponto a população de cada país compreende o assunto que aqui vai ser investigado.

Sendo assim, como ponto de partida temporal para início da investigação temos o ano de 2011. A justificativa para a escolha deste marco passa pelo facto de em 2011 a Etiópia ter iniciado a construção da Grande Barragem do Renascimento Etíope. Desta forma, iniciou-se assim a disputa entre o Egito e Etiópia, onde o Sudão acabou por ser apanhado no meio das tensões (Mohyeldeen 2021).

A análise da problemática entre os três países termina assim em junho do ano de 2021. Mês e ano em que os Estados pertencentes a LEA apelam ao CSUN para que passem a mediar e tomar conta das negociações relativas à operacionalização da GBRE (Reuters 2021).

## Metodologia

A presente investigação baseia-se numa abordagem qualitativa. Aqui pretende-se “fornecer uma compreensão aprofundada e interpretada do mundo social dos participantes da pesquisa, aprendendo sobre o sentido que eles fazem das suas circunstâncias sociais e materiais, experiências e perspetivas históricas”<sup>5</sup> (Ormston et al. 2013, pág.4) com um cariz interpretativista já que tentaremos compreender o fenómeno.

Desta forma, o cariz interpretativista tenta assim afirmar que os acontecimentos do mundo social são significantes para os seus habitantes. Isto faz com que os fenómenos que acontecem podem ser descodificados ao serem desvendados ao dar-se sentido a esses dados através do ponto de vista do ator. A explicação interpretativista pode ainda fornecer explicações causais, o que fornece por sua vez respostas às perguntas “por que”, “como” e “o quê”. Esta não tenta diminuir os fenómenos às leis causais nem parte de pressupostos à priori (Taniguchi 2014).

---

<sup>5</sup> Traduzido pela autora.



A abordagem qualitativa será realizada através do recurso a dois tipos de fontes distintas. As fontes primárias, tais como documentos oficiais, relatórios, jornais e entrevistas. Para além destas fontes podemos ainda contar com as fontes secundárias. Estas caracterizam-se por ser principalmente livros, *sites*, capítulos de livros, monografias e artigos científicos dos autores que tem vindo a analisar este tipo de problemática desenvolvida ao longo da dissertação.

É importante referir que a investigação contará com a análise de apenas um estudo de caso (Egito, Sudão e Etiópia). Aqui pretende-se fazer uma análise micro e compreender e retirar algumas generalizações teóricas relativamente a casos semelhantes. Porém nunca generalizando a nível empírico já que cada estudo de caso apresenta as suas peculiaridades e dois estudos de caso nunca são iguais. Tal como já foi referido anteriormente, a investigação terá um fio condutor que se designa de pergunta de investigação. Para além da questão inicial, o trabalho de pesquisa também será caracterizado por ser observado segundo a lente o Institucionalismo Liberal que será abordado em seguida no “Capítulo II. Modelo teórico e clarificação conceptual”.

Sendo assim, a informação analisada será sempre suportada pela ideia de que existe uma penetração de atores não estatais nos assuntos abordados, as relações entre estados são sobretudo apoiadas na cooperação entre estados e ainda numa institucionalização das organizações internacionais (Sousa e Mendes 2014, pág. 128).

Por outro lado, não podemos também esquecer que a investigação se apoia em dois conceitos essenciais que estão presentes na pergunta de investigação. São eles a cooperação que neste caso será sobretudo referida como cooperação hídrica/ cooperação hídrica transfronteiriça. E o segundo será a diplomacia, onde faremos uso do termo diplomacia da água que trata dos assuntos relacionados com os recursos hídricos.

Prevê-se que durante a investigação não existam problemas tanto a nível de encontrar informação necessária para a investigação ou de uma possível necessidade de tradução. Maior parte dos documentos foi elaborado em língua inglesa, idioma que a investigadora tem facilidade em compreender. De salientar ainda a presença de documentos em língua portuguesa, a língua nativa da investigadora e ainda alguns em espanhol que também se revelaram de fácil compreensão.

Por fim, a estrutura da dissertação está assente em seis partes com quatro capítulos. O primeiro capítulo, está destinado à “Introdução”. Aqui será abordado todo o trabalho de

investigação que foi realizado para a dissertação do grau de Mestre. A introdução divide-se em quatro partes essenciais. Inicia-se com a contextualização e justificativa da pertinência do tema. Passa para o estado da arte relativamente aos *water conflicts/water wars*. Por fim, aborda a pergunta de investigação que será a nossa linha orientadora para a investigação e ainda a metodologia utilizada, na qual se insere esta descrição.

O segundo capítulo, apelidado de “Modelo teórico e clarificação conceptual” destina-se ao modelo teórico utilizado e à clarificação dos conceitos essenciais para a dissertação. Também este capítulo se divide em duas partes. A primeira diz respeito à análise do modelo teórico, neste caso a teoria escolhida foi o Institucionalismo Liberal. Aqui, é feito um levantamento dos vários autores que nos dão a conhecer a teoria e percebemos de que forma esta vai ser essencial para a análise do tema da dissertação. A segunda parte do capítulo, destina-se à clarificação dos conceitos diplomacia da água, num primeiro momento. Tentando perceber de onde vem e a sua utilidade para a problemática relativa aos recursos hídricos. Num segundo momento, passamos para a análise do conceito de cooperação hídrica transfronteiriça. Cooperação esta que se tem vindo a revelar cada vez mais essencial quando falamos sobre recursos hídricos transfronteiriços. Esta poderá ser uma grande aliada quando os Estados do sistema internacional entram em confronto relativamente à partilha de recursos hídricos em comum.

“Contextualização” é o nome dado ao terceiro capítulo. Aqui será abordado o tema da dissertação de uma forma mais extensa. Para isto foi essencial percorrermos uma série de pontos importantes. Começamos por dividir o capítulo em duas partes. A primeira será destinada aos tratados pré-existentes relativos ao Rio Nilo e destinados aos países ribeirinhos presentes na sua bacia hidrográfica. Sendo assim, percorremos de forma cronológica o Tratado de 1902, Tratado de 1929, Tratado de 1959 e por último, o Acordo Etíope-Egípcio de 1993. Na segunda parte, revelou-se interessante dar a conhecer a Iniciativa da Bacia do Nilo, fundada em 1999 e destinada aos países ribeirinhos do Rio Nilo. Foi ainda importante abordar o Acordo sobre o Quadro Cooperativo da Bacia do Rio Nilo. Aqui estão presentes todos os pontos que estes países que aderiram devem cumprir para um melhor relacionamento entre si.

O quarto capítulo é apelidado de “A cooperação entre Egito, Etiópia e Sudão”. Aqui, é importante ressaltar que começamos a ir ao encontro da pergunta de investigação que foi realizada inicialmente. O capítulo divide-se em cinco partes essenciais. Na primeira parte, começamos por abordar a Grande Barragem do Renascimento Etíope, uma vez que, esta construção é o mote para

o início dos conflitos. É importante perceber a sua localização e todas as questões que tem surgido com a sua construção. Na segunda parte, damos espaço para uma revisão das ações que têm sido elaboradas por parte da Iniciativa da Bacia do Nilo entre os anos de 2011 a 2021, sendo esta a escala temporal da análise. Aqui damos destaque a todos os momentos em que é exaltada a cooperação e a diplomacia para a resolução de possíveis conflitos.

Na terceira parte, mencionamos um momento importante que foi a Declaração de Princípios em 2015, onde Egito, Etiópia e Sudão participam, para resolver os problemas relativos à barragem. Aqui é pretendida uma abordagem mais institucionalizada ao problema que assola os três países. Segue-se assim a apresentação de outra iniciativa. Esta iniciativa é a *Open Water Diplomacy Lab* que é sobretudo destinada aos três países em questão para novamente encontrarem formas de resolver as suas diferenças. E darem a conhecer melhor a todos aqueles que queriam ou estejam interessados na problemática da partilha do Rio Nilo por partes dos três países em questão. Este capítulo termina com as reuniões complementares entre os três países, que tiveram participação de membros como a UE, EUA e Banco Mundial, UA e o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A quinta parte da dissertação, destina-se à conclusão que vai ser elaborada com todos os ensinamentos que foi possível serem retirados ao longo da investigação e, como é esperado, será também possível responder à pergunta de investigação.

Por fim, a sexta e última parte corresponde a todas as referências bibliográficas utilizadas ao longo da elaboração da dissertação.

## Capítulo II. Modelo teórico e clarificação conceptual

### 2.1. O Institucionalismo Liberal

O institucionalismo liberal aparece-nos através de quatro fases distintas. A primeira fase, data a época de 1940 e 1950, onde era apelidado de teoria funcionalista, aqui destacam-se autores como Mitrany e Haas. A segunda fase, corresponde à década de 1950 a 1960, onde temos novamente o aparecimento do autor Haas e ainda de Nye, aqui pode ser chamado de teoria da integração regional neo-funcional. A década de 1970, traz a teoria da interdependência com os trabalhos de autores como Cooper, Keohane e Nye. Por fim, a partir da década de 1980 temos o novo institucionalismo liberal (Lucarelli 1998).

Para a dissertação a ser elaborada é importante notar de que, será feito um uso da terceira fase, apoiando assim a análise na teoria da interdependência e do transnacionalismo. Justificando assim a escolha com o facto de que o mundo se tornou num lugar pluralista quando nos focamos nos atores que fazem partes das Relações Internacionais. Para além deste pluralismo, é também importante ressaltar que os atores têm vivido ainda uma maior dependência entre si (Lamy 2014).

Esta interdependência que falamos pode ser caracterizada segundo quatro aspetos. O primeiro, vai ao encontro do aumento dos *links* que podemos verificar entre os Estados e os atores não estatais. No segundo lugar, são nos apresentados os novos problemas internacionais e agendas políticas dos Estados que acabam por não ter distinções entre *low* e *high politics*<sup>6</sup>. O reconhecimento de vários canais de interação entre os atores transfronteiriços é assim definido como a terceira característica. Por fim, a quarta e última característica é então, a ideia de que a força militar entra em declínio deixando cada vez mais para trás a visão desta ser uma ferramenta da política (Lamy 2014).

Segundo o autor Joseph Grieco (2016), o institucionalista liberal procura refutar a visão realista da política mundial. Rejeitam em primeiro lugar, a centralidade dos Estados que advém da teoria realista. De seguida, acaba por atacar a visão de que os Estados são agentes unitários e racionais. Por último, os liberais argumentam ainda que, cada vez mais os Estados deixam de se

---

<sup>6</sup> Podemos definir *low politics* como assuntos de menor importância, sendo assim consideradas áreas como saúde, transportes, comunicações, entre outras. Por sua vez, *high politics* são assuntos de maior importância para os Estados como a segurança nacional e a defesa (Stein 2008).

preocupar com questões como o poder e a segurança. Os contactos económicos acabam por deixar os Estados pertencentes ao sistema internacional cada vez mais dependentes. A dependência revela-se em aspetos como o crescimento e a estabilidade de preços. Rejeitam ainda a quarta máxima do realismo que nos diz que os Estados não estão inclinados a cooperar. Descobre-se que cada vez mais os Estados deixam de se ver como inimigos e passam a adotar um relacionamento de parceria. Estas parcerias revelam-se necessárias para que os Estados possam garantir conforto e bem-estar aos seus cidadãos. Por fim, a ideia realista de que há um pessimismo em volta das instituições internacionais também sofre uma rejeição por parte dos institucionalistas liberais.

Através da análise da problemática sobre e lente da teoria do institucionalismo liberal, podemos afirmar que segundo Keohane, um dos grandes nomes desta teoria, o institucionalismo liberal é visto como uma crítica ao realismo, sendo esta informação também salientada por Joseph Grieco. Esta nova teoria junta duas visões. A visão de Kant, que é mais cosmopolita. E ainda o paradigma realista que está imposto nas relações políticas e na inegável busca por poder e interesses egoístas (Terra e Ramos 2012). Aqui, tal como Scott Burchill (2001) afirma, a cooperação é possível na anarquia internacional se os atores tiverem interesses mútuos.

Para que fosse possível analisar a probabilidade de cooperação de determinados atores, Keohane, decide criar graus de institucionalização que vão desde o mais formal ao menos formal. Estes graus são, organizações intergovernamentais e organizações transnacionais não governamentais, seguido de regimes internacionais, e por último, convenções ou regras implícitas (Terra e Ramos 2012).

Keohane também nos diz que as instituições internacionais tem a capacidade para conseguirem influenciar eventos, podendo eles ser internacionais ou domésticos. Isto acontece, uma vez que, estas instituições conseguem alterar a corrente de informações e oportunidades. Trazem ainda a capacidade para os governos conseguirem monitorar uns aos outros, o que por sua vez, se traduz na expectativa de que os acordos internacionais consigam ganhar uma maior estabilidade. Quando se verificarem interesses em conflito, as instituições têm o papel de criar um ambiente para que as partes possam dialogar e entrar em acordo (Terra e Ramos 2012). Podemos dizer ainda que quanto mais limitada for determinada instituição, mais fortes serão os laços criados entre os Estados constituintes e maior também será a procura por ganhos relativos (Terra e Ramos

2012). “Em geral, os regimes tornam mais fácil cooperar, diminuindo-se a probabilidade de serem traídos” (Keohane 1984, pág. 97 *apud* Grieco 2016, pág.7).

Ou seja, para Robert Keohane o institucionalismo liberal é visto como sendo uma base para a autoridade política ficando fundido o poder e o propósito social. Este propósito social mencionado pode ser descrito então como a promoção dos efeitos que trarão benefícios para diversas áreas importantes. Entre elas podemos destacar a segurança humana, bem-estar humano, liberdade. Só assim o mundo tem a capacidade para se tornar num local mais pacífico, próspero e livre. Keohane vai mais longe e caracteriza os institucionalistas liberais dizendo-nos que eles creem que o poder deve ser usado aquando dos interesses dos valores liberais. Porém não se deverá descartar a sua utilização acompanhada de cautela e moderação (Keohane 2012).

O autor vai mais longe desta vez ao comparar os liberais e os institucionalistas liberais, para que se consiga perceber melhor a caracterização destes adeptos da teoria utilizada ao longo da dissertação. Keohane, revela que os liberais de uma forma bastante natural veem as leis como sendo uma restrição de poder, o que no caso dos institucionalistas liberais não acontece da mesma forma. Para institucionalistas liberais, é seguro dizer que as leis não se refletem numa crença um pouco inocente da bondade do ser humano e por sua vez, também não no poder que as leis irão ganhar de forma automática. Mas sim, na ideia de que o ser humano para ter atitudes corretas e agir de acordo com o melhor comportamento necessita de restrições institucionais (Keohane 2012). O que acaba por conectar este pensamento a outro autor, James Madison, um republicano que acreditava que o povo deveria governar, no entanto, esta governação deveria ser caracterizada pela presença de instituições onde fosse possível controlar este poder (Keohane 2012).

Scott Burchill (2001), afirma que, com o institucionalismo liberal os conflitos entre Estados seriam reduzidos quando fossem criados interesses em comum. Estes interesses seriam sobretudo no comércio e economia. Deveriam ser também entre os Estados que pertencessem à mesma região geográfica. Este processo poderia tomar a forma de Estados membros de uma determinada instituição internacional. Aqui, os Estados iriam acabar por limitar um pouco os seus interesses pessoais para darem espaço para a cooperação. Para além disto, os institucionalistas liberais pretendem também mostrar que a cooperação entre Estados pode acontecer mesmo sem estar presente uma figura hegemónica.

Para os autores Tana Johnson e Andrew Heiss (2018), o institucionalismo liberal presume que as instituições domésticas e internacionais têm um papel fundamental. Este papel está presente na facilitação da cooperação e paz entre os Estados. Os autores afirmam ainda que esta teoria apresentou-se como sendo uma correção às teorias convencionais das Relações Internacionais. Uma vez que, nestas teorias convencionais das Relações Internacionais os Estados-nação poderosos dominam as políticas mundiais e as instituições internacionais são irrelevantes. O institucionalismo liberal acaba por abraçar e repudiar de forma seletiva os princípios de outras teorias das Relações Internacionais. Podemos ainda dizer que o institucionalismo liberal é uma teoria que não foi aceite de uma forma universal.

James Richardson (2008), refere que há teóricos que se referem ao institucionalismo liberal como uma teoria não da cooperação ou das instituições. Estes teóricos afirmam que o institucionalismo liberal faz parte do carácter da ordem institucional contemporânea. Dois destes autores são John Ruggie e John Ikenberry. John Ruggie contribui sobretudo a nível conceitual. Para este autor, o seu ponto de partida não é de atores estatais egoístas, mas uma conceção historicamente fundamentada das relações entre Estado e sociedade. A ordem internacional e as suas principais instituições não são apenas uma função do poder do ator principal, mas sim uma fusão de poder que tem uma finalidade social legítima.

No entanto, para o autor John Ikenberry, este acaba por identificar uma tendência histórica. Esta tendência advém da criação de ordens internacionais cada vez mais institucionalizadas pelos vencedores das guerras hegemónicas. O poder é exercido pelo meio de regras e instituições. Os países hegemónicos aceitam restrições institucionais vinculantes. A tomada de decisão é relativamente aberta, sendo que os seus parceiros mais pequenos têm direito a uma voz (Richardson 2008).

Ainda na linha de pensamento dos institucionalistas liberais, podemos afirmar que estes veem a anarquia como sendo um obstáculo à cooperação entre os vários Estados. Porém, não se pode afirmar que o facto de sistema internacional ser caracterizado como anárquico faça com que seja impossível a cooperação (Nuruzzaman 2008). Para que isto seja possível, Mohammed Nuruzzaman tal como outros autores previamente mencionados enunciam um leque de fatores para a cooperação. Estes fatores traduzem-se num relacionamento que seja de longo prazo entre um número mais restrito de Estados. A reciprocidade, será vista sobretudo nos padrões de comportamento que sejam considerados como sendo os adequados em determinados momentos.

Por fim, a existência de interesses que sejam mútuos para os Estados para que através deles seja possível retirar ganhos com a cooperação estabelecida (Nuruzzaman 2008).

Os institucionalistas liberais são grandes defensores de que as instituições são o caminho mais fácil para a promoção da cooperação. Isto acontece, uma vez que, ambos os lados passam a ter as informações necessárias para diminuir suspeitas de possíveis trapaças (Nuruzzaman 2008). Para Mohammed Nuruzzaman (2008), fica claro que o institucionalismo liberal funciona melhor quando a ameaça de uso da força é baixa, ou o custo de entrar numa guerra se torna uma forma para desencorajar a força.

Por fim, para Richard Shapcott (2018), o institucionalismo liberal não se limita apenas a questionar o sistema de Estados ou a criar uma ordem mundial diferente com a possibilidade de ser mais “política”. A mudança de uma anarquia pura para uma anarquia institucionalizada ou mais madura e reflexiva representa assim uma mudança de uma forma de racionalidade técnica e estratégica para outra que se caracteriza por ser cooperativa. Joseph Nye (2014), diz-nos também que os Estados caracterizados pelos seus interesses, tem tendência a que procurem soluções cooperativas que lhes tragam benefícios. Estes benefícios são sobretudo para problemas que estão sujeitos a uma ação coletiva. Nesta equação não devemos esquecer também o papel das instituições já que a partir delas também é possível aos Estados obterem informações, aumentando-se assim a transparência e credibilidade. Para além disto, torna-se assim também mais fácil aplicar sanções a comportamentos que não estejam de acordo com as normas impostas.

Estamos convictos assim que, o institucionalismo liberal possa ser uma ferramenta útil para abordar a problemática proposta pela dissertação. A teoria escolhida facilita a cooperação e a paz entre os vários Estados que compõe o sistema internacional. Ao mesmo tempo traz a ideia de que a comunidade internacional continua numa anarquia, porém, caracterizada por ter instituições. No caso de estudo em análise, esta última afirmação acaba por fazer sentido já que nenhum dos países se mostra como sendo um possível Estado hegemónico. Esta situação pode ser comprovada com a Iniciativa da Bacia do Nilo, que não tem um Estado dominante e onde todos têm o mesmo peso nas decisões. Isto irá ser comprovado quando a IBN for analisada mais à frente no “Capítulo III. Contextualização”.



## 2.2. Clarificação conceptual

### 2.2.1 A diplomacia da água

Com o aparecimento destes novos conflitos podemos ainda referir que também surgem novos conceitos que se adaptam a estas novas realidades. Para que seja possível gerir as tensões e conflitos emergentes é necessário que se apliquem conceitos como a diplomacia da água e a cooperação hídrica transfronteiriça. Estes conceitos são sobretudo relacionados quando nos referimos a locais onde estão presentes rios, lagos ou águas subterrâneas que tem como principal característica serem partilhados por dois ou mais países. Existe assim uma crença de que estes meios podem ser a forma ideal para lidar com estes problemas que tem vindo a surgir (Espíndola e Leite 2021).

Podemos dizer que a diplomacia da água remonta à época da Guerra Fria, apesar de não ser mencionado diretamente. Este novo conceito baseia-se em estudos relacionados com outras áreas como o caso dos conflitos ambientais, cooperação e construção da paz. A União Europeia é provavelmente dos órgãos mais importantes a utilizar o termo diplomacia da água, já que esta o percebe como sendo um pilar político (Farnum 2018). A utilização do termo diplomacia da água por parte da UE aconteceu em 2013 quando o Conselho de da União Europeia emite uma série de conclusões. De entre elas é importante destacar que o CUE vê um grande potencial quando se fala na diplomacia da água. Este potencial destina-se sobretudo à salvaguarda da “segurança, desenvolvimento, prosperidade, direito humano à água e ao saneamento”<sup>7</sup>. Já em 2013, o CUE alertava para a situação que se vinha a viver na bacia hidrográfica do Rio Nilo (Conselho da União Europeia 2013) .

Na literatura, a diplomacia da água pode ser também encontrada com o termo de “hidrodiplomacia” (Farnum 2018) ou diplomacia azul (Klimes et al. 2019). Esta pode ser caracterizada como sendo uma abordagem que permite às várias partes interessadas em avaliar as maneiras mais corretas de encontrar soluções em conjunto para os problemas relacionados com a gestão dos recursos hídricos que são partilhados. Esta nova abordagem pretende sobretudo que seja possível encontrar soluções caracterizadas por serem pacíficas, sustentáveis e razoáveis envolvendo os Estados ribeirinhos. No entanto, não podemos esperar que este novo tipo de

---

<sup>7</sup> Traduzido pela autora.

diplomacia seja por si só suficiente para mitigar os conflitos. É necessário também que exista um entendimento prévio de todas as questões históricas que geram conflitos e tensões (Stockholm International Water Institute 2019).

Hefny (2011), divide a diplomacia da água em três características principais. Sendo elas a necessidade de serem integradas múltiplas perspectivas que advêm de pessoas capacitadas como sociólogos, engenheiros, políticos e todas as partes que estão interessadas. A segunda característica, diz respeito à importância que a negociação, mediação e comunicação intercultural tem nestes assuntos. Já que a diplomacia da água tem como objetivo encontrar soluções para os problemas relacionados com a alocação e qualidade dos recursos hídricos. Por último, a terceira característica é que a diplomacia da água dá um apoio ao processo diplomático muito mais amplo. Este envolvimento na diplomacia da água pode ser a nível bilateral ou multilateral, definindo melhor a política externa regional e internacional. É importante salientar que a diplomacia da água não deve ser vista apenas através dos diplomatas. Deve sobretudo ser vista de uma forma mais alargada, através de uma ação em conjunto com atores não estatais, organizações não governamentais e sobretudo ter também a opinião de civis (Espíndola e Leite 2021).

Podemos acrescentar que neste tipo de diplomacia podemos encontrar presentes dois tipos de atores, os formais como são o caso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério da Água e ainda as agências governamentais. Já os segundos atores que podem ser considerados como informais/ não estatais que são as organizações da sociedade civil, universidades, meios de comunicação e entre outros. Todos estes atores acabam por ser essenciais para construir relações e contribuir na partilha de conhecimentos a nível dos recursos hídricos em comum (Stockholm International Water Institute 2019). Devemos ainda acrescentar a este termo que a diplomacia da água não é um mero conceito teórico e sim uma ação e um processo essencial e necessário para que no futuro as gerações vindouras consigam obter água essencial à sua sobrevivência (Hefny 2011).

Melissa MacCracken e Chloé Meyer (2018), associam a diplomacia da água como sendo um apoio para a cooperação hídrica transfronteiriça. Já os autores Anamika Barua, Arundhati Deka, Vishaka Gulati et al (2019), apresentam-nos o conceito como sendo uma forma para facilitar a comunicação entre Estados para que tenha como final objetivo a promoção de uma cooperação que seja construtiva. Tem ainda a ideia de prevenir os conflitos quando se destinam a recursos hídricos partilhados por dois ou mais Estados (Milman e Gerlack 2020).

É importante destacar que a diplomacia da água não pode e muito menos se deve focar apenas na questão da água. Para além disto, é essencial compreender que ela acontece em contextos específicos e que acaba por mudar toda a bacia hidrográfica. Facto este que, maior parte dos estudos que contém a problemática da diplomacia da água não contemplam, segundo afirma Yumiko Yasuda, Douglas Hill, Dipankar Aich et al (2018).

Devemos destacar que para os diálogos da diplomacia hídrica terem mais impacto não, devemos descartar os atores informais mais especificamente as organizações de civis, grupos de reflexão e grupos religiosos (Klimes et al. 2019). De acordo com os autores Martina Klimes, David Michel, Elizabeth Yaari et al (2019), estes atores permitem um aumento das oportunidades para a construção de relações, bem como um maior conhecimento sobre os recursos hídricos que os países do sistema internacional tem em comum. Estes atores têm como papel principal o esclarecimento de possíveis mal-entendidos e reconhecer ambiguidades e incertezas, como por exemplo, informações e perceções quando falamos na gestão de recursos hídricos. Os benefícios vão além do internacional e também se estendem ao nacional, já que através destes atores é possível que com a diplomacia da água se aumente a adesão política, partilha de informação e dados.

Martina Klimes, David Michel, Elizabeth Yaari et al (2019), apontam ainda desafios que a diplomacia da água tem de ultrapassar. É importante que se passe a aplicar de uma forma adequada os mecanismos de governança em locais que já os apresentam. Aumentar e adequar as ferramentas de cooperação às novas questões sempre que seja necessário. Por fim, terá também de continuar e alargar este tipo de abordagens mais cooperativas para locais/ bacias hidrográficas que não tenham ainda contacto que esta nova realidade. Também a autora Anamika Barua reconhece que a diplomacia hídrica tem vindo a encontrar alguns entraves que advêm dos exercícios de negociação atual (Espíndola e Leite 2021). Quanto mais bem-sucedida esta interação relativamente aos recursos hídricos partilhados, mais será benéfico para outras áreas que não sejam apenas as relacionadas com a água (Klimes et al. 2019).

Com Rebecca Farnum (2018), temos a ideia de que a diplomacia da água apresenta duas abordagens. A primeira, onde se mostra que há uma necessidade da cooperação para resolver as questões relacionadas com os recursos hídricos. Sendo assim, pode ser vista como uma teoria e prática da gestão dos recursos hídricos quando estamos perante conflitos relacionados com os mesmos. Isto é feito com a ajuda da diplomacia que tem em conta a ciência política e a política.

É importante que o corpo diplomático se faça valer das suas habilidades para que tragam benefícios quando a quantidade de água disponível gera conflitos. Pode por fim, transformar as correntes demandas por água em formas de cooperação que ultrapassam os recursos hídricos e a economia.

A segunda abordagem, acaba por ser vista como a construção da paz através do ambiente. Pretende perceber se os problemas ambientais emergentes podem também trazer uma cooperação ambiental e desencadear a paz de forma ampla. Estes defensores afirmam, que é mais fácil dar início à cooperação quando esta se baseia em questões ambientais do que quando a sua base está presente em outras questões. Isto ajuda assim a construir confiança entre Estados, que mais tarde será benéfica para que se abordem questões mais tradicionais que são motivo de disputa (Farnum 2018). Para estes autores a diplomacia da água está intensamente focada nos rios (Farnum 2018) o que contrasta com os pensamentos de Yumiko Yasuda, Douglas Hill, Dipankar Aich et al (2018).

Como nota meramente de curiosidade, devemos ainda mencionar que a diplomacia da água tem vindo a ganhar mais força. Exemplo disso temos a Universidade de Tufts<sup>8</sup> que tem um programa de graduação em diplomacia da água. Ou até o Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa<sup>9</sup> que tem alguns cursos sobre a água e a diplomacia (Farnum 2018).

### 2.2.2. A cooperação hídrica transfronteiriça

Em 2013, a *United Nations Water* descreve a cooperação hídrica transfronteiriça como um tipo de cooperação que pretende trazer vários benefícios. Entre eles podemos enumerar, o mais flagrante que é a resolução da disputa e tensões entre vizinhos. Mas também podem-se desenvolver técnicas de armazenamento e distribuição dos recursos hídricos e gerir de forma mais eficaz as cheias que podem vir a acontecer. Esta cooperação acaba por acontecer também a nível

---

<sup>8</sup> Tufts University. s.d. "Water Diplomacy Track". *Tufts Institute of the Environment* (blog). s.d. <https://swm.tufts.edu/tracks-curriculum/water-diplomacy-track>.

<sup>9</sup> Aquando da pesquisa (13/10/2022), não foi encontrado nenhum curso específico para a diplomacia da água, apesar de nos objetivos de alguns cursos serem mencionadas as águas transfronteiriças.

UNITAR. s.d. "Keeping the Taps Running in a Changing Climate". *UNITAR* (blog). s.d. <https://event.unitar.org/full-catalog/keeping-taps-running-changing-climate-0>.

da política, economia, meio ambiente e cultura (UN Water 2013).

A autora Jacqueline Tront (2015), refere que este conceito é visto como uma ação que permite que os países acabem por desenvolver uma forte estrutura institucional. Estrutura esta que se revela fundamental para a partilha eficaz de informações e a colaboração (Wolf et al. 2003). Resultando assim numa diminuição dos desastres climáticos e a mitigação da vulnerabilidade ambiental. Para a autora é essencial que se partilhem informações e dados, se promova o planeamento nas bacias hidrográficas e se criem infraestruturas. As infraestruturas devem ser caracterizadas por serem naturais ou artificiais. E ainda fortalecer as instituições necessárias para uma cooperação eficaz (Tront 2015).

Podemos dizer que, a cooperação hídrica vai abranger um inúmero leque de atores, podendo eles serem o governo, líderes políticos, organizações não governamentais, atores pertencentes à sociedade civil, organizações religiosas e ainda académicos. Aqui podemos afirmar que, as relações entre os vários atores acabam por influenciar a cooperação, neste caso quando falamos sobre as relações de poder que são exercidas por parte de determinados atores sob outros (Yasuda et al. 2018).

Martina Klimes, David Michel, Elizabeth Yaari et al (2019), revelam-nos que esta cooperação pode assumir diferentes formas institucionais. Estes Estados que pretendem que se criem acordos internacionais acabam por se fazer munir de Organizações das Bacias Hidrográficas. Com estas organizações acaba por se tornar mais fácil implementar acordos e fornecer estruturas institucionalizadas para uma cooperação de longo prazo. Porém, a cooperação hídrica transfronteiriça também se vê tomada por alguns desafios no seu caminho. Um dos principais problemas é o facto de existir sempre um maior foco relativamente à alocação da água. O facto de esta ter uma quantidade fixa que deve ser partilhada pelos vários serviços onde ela é essencial criar a visão de que a água é um jogo de soma nula<sup>10</sup>, fazendo com que seja motivo de conflito (Klimes et al. 2019).

Melissa McCracken e Chloé Meyer (2018), revelam através do seu trabalho que a cooperação hídrica transfronteiriça tem benefícios. Apesar de tudo, as autoras mostram que estes benefícios podem estar diretamente ligados ao recurso, mas podem ter uma extensão que vai além dele. Aqui podemos dar o exemplo das trocas monetárias ou de energia. Afirmam ainda que,

---

<sup>10</sup> Jogo de soma nula significa que ganhos ou perdas para determinado ator devem resultar também em ganhos ou perdas para a outra parte envolvida (Klimes et al. 2019).

relativamente à capacidade institucional, devemos destacar que quando esta é elaborada de forma correta pode neutralizar mudanças físicas e institucionais rápidas, diminuindo-se assim o potencial de conflito. No entanto, afirmam ainda que, existem várias definições do conceito de cooperação hídrica transfronteiriça ao longo da literatura. Isto faz com que não exista apenas uma forma oficial aceita para a medir, assumindo assim várias formas. Posto isto, trazem dificuldades em monitorar e estimular a cooperação, já que não há um método que seja consciente e comparável (McCracken e Meyer 2018).

A cooperação hídrica transfronteiriça também pode ser definida como sendo a proporção de área da bacia transfronteiriça como um arranjo funcional para a cooperação hídrica. Esta cooperação requer fortes compromissos políticos dos países pertencentes às bacias hidrográficas, pois ela tem vindo a tornar-se cada vez mais complexa e desafiadora ao longo dos tempos (Barua et al. 2019). Porém, o *Stockholm International Water Institute* (2021) afirma que geralmente as agendas de desenvolvimento dos países tem metas bastante semelhantes o que torna mais fácil a cooperação a nível das águas transfronteiriças.

Também como foi realizado na diplomacia da água, de forma a expor a cooperação hídrica transfronteiriça, achamos necessário trazer alguns exemplos. São exemplos de cooperação a conferência realizada em Dublin, na Irlanda em 1992. Tendo como nome de “Conferência Internacional sobre a Água e Meio Ambiente” (Barua et al. 2019). O documento proveniente da conferência diz-nos que é necessária uma ação conjunta para reverter o consumo excessivo, a poluição e as ameaças provenientes das secas e inundações. Apresenta ainda recomendações para que sejam criadas ações nos níveis local, nacional e internacional («The Dublin Statement on Water and Sustainable Development» 1992).

Em junho de 1992, foi também realizada no Rio de Janeiro, Brasil, uma outra conferência. Esta conferência tinha como nome de “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, ou apenas “Conferência do Rio” (Barua et al. 2019). A conferência tinha como objetivo confirmar a declaração que tinha sido previamente adotada em Estocolmo em 1972. Queria estabelecer uma parceria mundial que era igual, com vários níveis de cooperação entre os Estados que compõe o sistema internacional. Setores essenciais da sociedade e os seus povos. Tudo isto sempre respeitando da melhor forma o ambiente e o desenvolvimento («Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento» 1992).

Ou podemos ainda mencionar casos mais pontuais em determinados locais. São o

exemplo o Tratado das Águas do Indo. O tratado dividiu a bacia hidrográfica do rio Indo, concedendo a água do Indo à Índia e ao Paquistão. Ou ainda a Organização para o Desenvolvimento do Rio Senegal (OMVS)<sup>11</sup>. Esta entidade tem caráter regional e tem como principal objetivo dividir de forma equitativa as águas do Rio Senegal em África (Aamer 2021).

---

<sup>11</sup> Sigla em francês. *Organisation pour la Mise en Valeur du fleuve Sénégal* (Organisation pour la Mise en Valeur du fleuve Sénégal 2021).

## Capítulo III. Contextualização

### 3.1. Os Tratados pré-existent

#### 3.1.1. Tratado de 1902

O Tratado de 1902 é visto como dos primeiros a se referir à partilha das águas do Rio Nilo no século XX. Porém, não podemos afirmar que este tratado se celebrou entre os países Egito e Etiópia. Esta situação acontece, pois, estávamos a viver na era colonial onde o Egito era governado pelo Reino Unido. Desta forma, quem comandou as negociações deste tratado foram então o Reino Unido e a Etiópia (Feleke 2020).

O tratado Anglo-Etíope, assinado em maio de 1902 contou com a presença do etíope Alfred Ilg. Na altura era o conselheiro das relações externas do imperador etíope Menelek II e com o emissário britânico que estava em funções em Adis Abeba, o tenente-coronel John Harrington (Woldetsadik 2014). Este tratado destinava-se em primeiro lugar, a definir as fronteiras entre a Etiópia e o Sudão, que tal como o Egito também se encontrava sob a administração britânica. A definição destas fronteiras vinha assim contrariar a informação de que este tratado se destinava a resolver o uso das águas pertencentes ao Rio Nilo (Feleke 2020).

Este acordo tinha como principal intuito o reajuste das fronteiras internacionais já que a Etiópia e as potências europeias em África tinham pretensões em expandir os territórios. Sendo assim, o imperador Menelek II iria conseguir evitar os vários conflitos de interesses por parte dos Estados europeus que ocupavam o Sudão. Este Estado acabava também por partilhar uma grande extensão de território com a Etiópia (Woldetsadik 2014).

No entanto, ao analisarmos o documento referente ao tratado percebemos que o artigo III se destina ao uso da água do Nilo. No documento encontra-se especificamente que:

Sua Majestade o Emperador Menelek II, Rei dos Reis da Etiópia, compromete-se ao Governo de Sua Majestade Britânica a não construir, ou permitir que seja construído nenhuma obra ao longo do Nilo Azul, Lago Tana, ou no Rio Sobat que possa interromper o fluxo de águas para o Nilo, exceto quando de acordo



com o Governo de Sua Majestade e o Governo do Sudão.<sup>12</sup> (Reino Unido, Etiópia, e Itália 1902).

Desta forma, apesar do tratado se destinar à definição das fronteiras, a verdade é que acabava por proteger os interesses do Egito. Estes interesses ficavam assim protegidos com o facto de que a Etiópia era aconselhada a manter um fluxo do Nilo Azul normal como era sugerido pelo governo britânico (Woldetsadik 2014).

### 3.1.2. Tratado de 1929

O Acordo das Águas do Nilo de 1929, tem uma dupla caracterização quando é mencionado. Se por um lado, pode ser visto como o acordo mais importante no que toca à partilha de águas do Rio Nilo. Por outro, também é visto como sendo um dos mais controversos. O objetivo deste acordo era duplo e iria sobretudo beneficiar o Egito. Com ele iria-se facilitar e garantir o aumento do volume de água que era suposto chegar ao território egípcio (Okoth-Owiro 2004).

De entre os vários artigos presentes no contrato, será importante salientar os pontos que mais se destacam. Sendo assim, construções que se relacionassem com a irrigação ou energia hídrica tanto no Rio Nilo, como nos seus afluentes, deveriam passar em primeiro lugar por supervisão egípcia antes de iniciada a sua construção. Esta lei aplicava-se ainda também aos lagos existentes, que estariam presentes em territórios de influência britânica<sup>13</sup>. Estas disposições presentes no acordo aconteciam já que este tipo de construções significava uma redução do fluxo de água e, por sua vez, o Egito veria os seus interesses prejudicados (Okoth-Owiro 2004).

Por outro lado, se o Egito desse um parecer positivo à construção de infraestruturas hídricas em território sudanês, as medidas a tomar durante este processo deveriam ser tomadas em conjunto com as autoridades locais. Porém, o governo do Egito teria controlo na construção, manutenção e administração de todas as obras que fossem realizadas (Okoth-Owiro 2004).

Este acordo traz assim algo importante para o governo egípcio. Dá ao governo egípcio reconhecimento de direitos sobre o Rio Nilo por parte do governo britânico que até então administrava o território. Estes direitos são caracterizados por serem naturais e históricos no que diz respeito às águas do rio. Para que fosse possível elaborar tal acordo, o Egito e o Reino Unido acabaram por se basear no Relatório da Comissão das Águas do Nilo realizado quatro anos antes

---

<sup>12</sup> Traduzido pela autora.

<sup>13</sup> Estes territórios poderiam ser o Sudão, Quênia, Uganda e Tanzânia (Editor 2020).

do acordo, em 1925 (Okoth-Owiro 2004).

### 3.1.3. Tratado de 1959

O pacto Egípcio-Sudanês que se firmou em 1959, tal como o próprio nome indica tem como intervenientes o Egito e o Sudão. Aqui estavam destinadas uma plena utilização das águas do Rio Nilo. Ou seja, o Sudão deveria deixar mais de 55 mil milhões de metros cúbicos de água fluir pelo rio sem quaisquer obstáculos. Para beneficiar ainda mais os egípcios, foi permitido que em Aswan se construísse uma barragem em vista a implementar medidas de longo prazo. Os dois Estados passaram assim a agir de forma conjunta e contra os restantes Estados a montante do Nilo (Okoth-Owiro 2004).

Ao analisar o documento referente a este pacto percebemos que para construções destinadas ao Sudão e ao Egito existia uma maior permissão. Tendo como exemplo, o caso da construção da barragem de Aswan. Esta foi permitida construir por parte da República Árabe Unida<sup>14</sup> para que fosse possível organizar armazenamentos hídricos ao longo dos anos. Também o Sudão teve a sua permissão para construir uma barragem em Roseires. Para além de que, tinha luz verde para outras obras que achasse importantes para que a sua quota de água fosse atingida (República do Sudão e República Árabe Unida 1959).

Para além dos projetos destinados ao Rio Nilo, o documento também abordava construções nos afluentes do Nilo. Como são o caso dos pântanos Bahr El Jebel, Bahr El Zaraf e Bahr El Ghazal. Estavam também incluídos o Rio Sobat e o Nilo Branco. Aqui, também ficavam estipulados os metros cúbicos de água que cada república teria direito. Sendo assim, o direito adquirido da República Árabe Unida era de 48 mil milhões de metros cúbicos por ano e a quantidade da República do Sudão seria então de 4 mil milhões de metros cúbicos por ano (República do Sudão e República Árabe Unida 1959).

Outra das questões que deverá ser salientada é a que se relaciona com o segundo artigo ponto sete. Neste ponto, está acordado de que a República do Sudão seria a responsável por se encarregar da transferência da população da cidade de Halfa e todos aqueles habitantes que pertenciam ao Sudão. Uma vez que, devido à construção da barragem as suas terras iam ficar

---

<sup>14</sup> A República Árabe Unida é um conjunto de dois países, nomeadamente o Egito e a Síria, esta união entre os dois países iniciou-se em 1958 e teve o seu fim após o golpe militar sofrido na Síria em 1961 (Editores da Enciclopédia Britannica 2020).

submersas (República do Sudão e República Árabe Unida 1959).

Com a análise do tratado percebemos ainda o início de negociações entre ambos os países assinantes e também o início da cooperação entre eles relativamente a um problema comum que era a partilha dos recursos hídricos comuns. Tal como está estipulado no documento que caso existam negociações com Estados de fora, tanto a República Árabe Unida como a República do Sudão “devem concordar com uma visão unificada após o assunto ser estudado”<sup>15</sup>. Uma vez que, assumem que a “visão unificada será a base de todas as negociações”<sup>16</sup> (República do Sudão e República Árabe Unida 1959).

O acordo conta ainda com uma disposição especial relacionada com um empréstimo de água por parte do Sudão exigido pela República Árabe Unida. Esta exigência acontece, pois, a República Árabe Unida tem projetos para serem aplicados numa expansão agrícola. Sendo assim, necessita desta água para que consiga cumprir os seus objetivos (República do Sudão e República Árabe Unida 1959).

#### 3.1.4. Acordo Etíope-Egípcio de 1993

Este acordo realizado entre a República do Egito e a Etiópia tinha como objetivos principais consolidar os laços de amizade que existiam entre os dois Estados, aumentando assim a cooperação para que os interesses em comum fossem alcançados. O documento conta assim com oito artigos. Eles abordam assuntos como a vontade de que os dois países têm em manter os princípios de uma boa vizinhança, não interferência em assuntos internos que dizem respeito a cada país e ainda a resolução pacífica de possíveis problemas que possam surgir. Tudo isto só seria possível caso os dois países se olhassem com confiança mútua nas ações um do outro (República Árabe do Egito e Etiópia 1993).

Aqui aparecem as primeiras menções à cooperação entre os países para que seja possível então atingirem os seus objetivos principais. Podendo estes objetivos serem políticos ou económicos. Para além deste assunto, a partilha das águas do Nilo também é mencionada no documento. Sendo assim as águas do Rio Nilo “devem ser trabalhadas em detalhe através da

---

<sup>15</sup> Traduzido pela autora.

<sup>16</sup> Traduzido pela autora.

discussão de *experts* de ambos os lados”<sup>17</sup>. Não devendo ambos os países entrar em situações que possam ser prejudiciais para os dois quando relacionadas com o Rio Nilo (República Árabe do Egito e Etiópia 1993).

Todavia, Egito e Etiópia não esquecem também um ponto importante que é a conservação do Rio Nilo. O artigo seis destina-se à conservação e proteção hídrica. Aqui estão presentes possíveis projetos e ainda se visa um maior trabalho sobretudo quando se fala na cooperação entre ambos para que os laços possam ser ainda mais fortes (República Árabe do Egito e Etiópia 1993).

Todo este trabalho seria de forma a que a cooperação e os interesses em comum acabassem por desenvolver ainda mais a bacia hídrica do Rio Nilo. Sendo assim, no primeiro dia de julho do ano de 1993, na cidade egípcia, do Cairo, é assinado então o tratado que tem como outorgantes a República Árabe do Egito e a Etiópia (República Árabe do Egito e Etiópia 1993).

---

<sup>17</sup> Traduzido pela autora.

### 3.2. A Iniciativa da Bacia do Nilo

Os países pertencentes à bacia hidrográfica do Rio Nilo desde cedo caracterizaram-se por estar sujeitos a várias diferenças entre eles. Nomeadamente, ao que diz respeito às culturas, linguagem e crenças. Tudo isto acaba por se revelar um motivo de desconfiança sobretudo mais perto das fronteiras entre os vários países. Devido a esta situação foi então importante criar em 1999 a Iniciativa da Bacia do Nilo. Porém a adesão a esta iniciativa destinada à cooperação não foi vista com a melhor das intenções por todos os países. Isto acontece, uma vez que, alguns deles sentiram desvantagens no que tocava à cooperação (Iniciativa Bacia do Nilo 2015).

Com o nascimento da Iniciativa da Bacia do Nilo e a parceria intergovernamental regional entre os dez estados pertencentes à bacia hidrográfica do Nilo foi assim possível buscar promover uma gestão cooperativa dos recursos hídricos. Ao desenvolver os recursos hídricos que são compartilhados, obtinham-se assim ganhos *win-win*. A promoção da paz e ainda a segurança a nível regional. Para que estes objetivos fossem alcançados todos os membros iriam trabalhar para um “Objetivo de Visão Compartilhada”, onde estaria presente a implementação de uma estratégia que tem a duração de 10 anos que se iniciou em 2017. Através dela também se originou outra estratégia destinada à comunicação e engajamento das partes interessadas que decorre desde 2018 a 2023 (Iniciativa Bacia do Nilo 2018), onde mais tarde será analisada no “Capítulo IV. A cooperação entre Egito, Etiópia e Sudão”.

Relativamente à constituição da Iniciativa da Bacia do Nilo, podemos afirmar que esta instituição tem a sua administração a partir de três centros. O primeiro, localizado em Entebbe, no Uganda, denominado de SIBN. Este órgão é então responsável pela direção geral (Iniciativa Bacia do Nilo 2013). Foi fundado em 2002 pelo Conselho de Ministros do Nilo, é liderado por um Diretor Executivo e ainda está estruturado em três departamentos. São eles, o de Planeamento e Gestão Estratégica, Gestão de Recursos Hídricos e por fim, Finanças e Administração. A sua visão é ser um “centro de excelência para apoiar a cooperação do Nilo”<sup>18</sup>. Tem como valores o espírito de equipa, respeito pela diversidade sobretudo no que diz respeito às culturas e ideias, integridade, profissionalismo e por fim a transparência (Iniciativa Bacia do Nilo s.d).

Em Adis Abeba, Etiópia, localiza-se o ETRNO. Tem como função executar o PASNO,

---

<sup>18</sup> Traduzido pela autora.

programa este que abrange os países Egito, Etiópia, Sudão do Sul e Sudão (Iniciativa Bacia do Nilo 2013). Este escritório acaba por ser o braço executivo do seu programa, tendo sido criado em 1999, apoia ainda o Conselho de Ministros do Nilo Oriental e a Equipa do Programa de Ação Subsidiária do Nilo Oriental. Destina-se sobretudo à preparação de programas e projetos de cooperação e investimento nos recursos hídricos. A sua principal meta é o desenvolvimento socioeconómico sustentável através da utilização equitativa dos benefícios dos recursos hídricos comuns presentes no Nilo Oriental (Iniciativa Bacia do Nilo 2011).

Por fim, em Kigali, no Ruanda, podemos encontrar a UC-PASLEN. Este órgão, tal como o anterior também executa um programa. Desta vez o programa denomina-se de PASLEN que integra nele o Burundi, República Democrática do Congo, Egito, Etiópia, Quênia, Ruanda, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia e Uganda. Devemos ainda salientar que, em cada país que é membro desta iniciativa há um escritório que acaba por coordenar e conectar a IBN. Dando assim, um carácter transfronteiriço às atividades e planos que tem a sua origem a nível nacional (Iniciativa Bacia do Nilo 2013). Este órgão foi então estabelecido em dezembro de 1999 pelo Conselho de Ministros para os Assuntos da Água na Bacia do Rio Nilo (Iniciativa Bacia do Nilo s.d).

Tendo como principal missão a contribuição para a “erradicação da pobreza, promoção do crescimento económico, e reverter a degradação ambiental”<sup>19</sup>. Administrado pelo Conselho de Ministros da Água de dez estados membros pertencentes à bacia do Rio Nilo e reportando-lhe também as informações provenientes dos países Burundi, República Democrática do Congo, Egito, Etiópia, Quênia, Ruanda, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia e Uganda. Será ainda importante comentar que este órgão acaba por ser suportado tanto a nível bilateral como multilateral através da ajuda de parceiros como o Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, União Europeia, Governo da Noruega, Banco do Japão para a Cooperação Internacional, entre outros (Iniciativa Bacia do Nilo s.d).

Após a formação da Iniciativa da Bacia do Nilo em 1999, é então lançado o primeiro programa. Este tinha como nome Programa de Ação Estratégica dos recursos hídricos em toda a bacia hidrográfica do Rio Nilo. O programa consistia num “Programa de Visão Compartilhada” que tinha como intuito projetos para a construção da confiança e de capacidade hídrica. Ou seja, a análise e gestão de recursos hídricos, comércio de energia e água para a agricultura e desenvolvimento socioeconómico. Estes programas estariam assim espalhados por toda a bacia

---

<sup>19</sup> Traduzido pela autora

hidrográfica para que fosse possível estabelecer as bases para a cooperação e construir uma gestão integrada de recursos hídricos a nível transfronteiriço (Iniciativa Bacia do Nilo 2013).

No entanto, o “Programa de Ação Estratégica” contava ainda com dois Programas de Ação Subsidiários. Estes pretendiam entregar investimentos/benefícios que fossem concretos tanto nas sub-bacias do Nilo Oriental como nos Lagos Equatoriais do Nilo (Iniciativa Bacia do Nilo 2013). Podemos ainda afirmar que a Iniciativa da Bacia do Nilo foi estabelecida por governos regionais com apoio financeiro. Interesses e incentivos de bancos ocidentais, organizações de desenvolvimento e ainda governos estrangeiros (Veilleux 2015).

Apesar de tudo, podemos garantir que a Iniciativa da Bacia do Nilo está em transição há mais de 17 anos. Isto acontece sobretudo devido a restrições políticas. Porém, não podemos descartar que tem vindo a construir uma forte base enriquecida de conhecimento que acaba por abranger a gestão e o desenvolvimento cooperativo a nível dos recursos hídricos. Não esquecendo também as ferramentas analíticas utilizadas para compreender as implicações que as intervenções humanas tem na bacia hidrográfica do Rio Nilo (União Europeia s.d).

Um facto curioso que acaba por adicionar mais informação para o resto da dissertação é que em 2010, ainda antes do período de análise utilizado ao longo da investigação, dois membros da iniciativa decidiram suspender a sua participação. Os membros são nomeadamente, o Egito e o Sudão. Eles alegavam que existiram divergências quando seria necessário a sua assinatura no Acordo sobre o Quadro Cooperativo da Bacia do Rio Nilo (União Europeia s.d), países que coincidentemente estão no caso de estudo a ser analisado durante a dissertação. As divergências estavam sobretudo ligadas ao artigo 14 (b), neste artigo era explícito de que nenhum dos membros da IBN deveria pôr em risco a segurança hídrica de outro membro. O Cairo passou a suspender a sua participação na iniciativa de forma total, este afirmava que este acordo ignorava os direitos históricos que o Egito tinha no Rio Nilo (Alabass 2017).

### 3.2.1. Acordo sobre o Quadro Cooperativo da Bacia do Rio Nilo

O acordo caracteriza-se por ser um documento com 45 artigos, todos eles de alguma forma relacionados com a bacia hidrográfica do Nilo e a sua melhor utilização e preservação. No final do documento, é ainda possível observar as assinaturas dos vários países que compõe a IBN.

Entre eles representantes da República do Burundi<sup>20</sup>, República Democrática Federal da Etiópia, República do Quênia, República do Ruanda, República Unida da Tanzânia, República do Uganda<sup>21</sup>. De realçar um aspeto importante deste documento que é a abstenção por parte de países como a República Democrática do Congo, República Árabe do Egito, Estado da Eritreia <sup>22</sup> e República do Sudão (Iniciativa Bacia do Nilo 2010).

Relativamente ao conteúdo apresentado no documento do acordo é de veras importante ressaltar artigos como o artigo dois. Este explica uma série de conceitos que envolvem a bacia hidrográfica do Rio Nilo. Sendo eles, por exemplo, “Bacia do Rio Nilo” quando nos referimos à área geográfica que está determinada pelos limites das bacias hidrográficas dos sistemas de águas do Nilo. O conceito é direcionado para as referências de proteção, conservação ou desenvolvimento ambiental. Outro conceito interessante para ser mencionado é o de “Segurança hídrica”. Este conceito está ligado aos direitos que todos os Estados da Bacia do Nilo têm em ter um acesso confiável e uso do Rio Nilo. É sobretudo direcionado para questões relacionadas com a saúde, agricultura, meios de subsistência, produção e meio ambiente (Iniciativa Bacia do Nilo 2010).

Outra questão interessante são os princípios enumerados no artigo três. Os princípios gerais que deverão ser seguidos são quinze. Começam com o princípio da cooperação que se deve apoiar na igualdade soberana, integridade territorial, benefício mútuo e a boa fé. O princípio do desenvolvimento sustentável, princípio de subsidiariedade pelo qual o desenvolvimento e a proteção dos recursos hídricos do Nilo são planeados e implementados. Princípio da utilização equitativa e razoável, princípio da prevenção de causar danos significativos. Em sexto lugar, surge o princípio do direito de usar a água por parte dos Estados da Bacia do Nilo. Princípio da proteção e conservação, já que os Estados devem tomar as medidas apropriadas podendo ser de forma individual ou em conjunto para conservar o Rio Nilo e os seus ecossistemas (Iniciativa Bacia do Nilo 2010).

No entanto, para que isto aconteça é essencial os Estados seguirem o princípio das informações sobre as medidas planeadas em conjunto com o da troca de dados e informações. Sem esquecer também o princípio das comunidades de interesse. Por fim, os últimos cinco

---

<sup>20</sup> Assinado em 2011, um ano depois da criação do acordo (Iniciativa Bacia do Nilo 2010).

<sup>21</sup> Os restantes assinaram em 2010, aquando da criação do acordo (Iniciativa Bacia do Nilo 2010).

<sup>22</sup> Torna-se importante ressaltar que o Estado da Eritreia não é um membro da IBN, a sua participação resume-se unicamente a ser um país observador (Iniciativa Bacia do Nilo s.d).



princípios são o da avaliação de impacto ambiental e auditorias, resolução pacífica de disputas, água como recurso finito e vulnerável, água como valor social e económico e por fim a segurança hídrica (Iniciativa Bacia do Nilo 2010).

Relativamente aos artigos mais direcionados para a temática abordada na dissertação, achamos interessante salientar o artigo sete. Este artigo dedica-se à troca regular de dados e informações entre os países pertencentes à bacia hidrográfica do rio Nilo. Torna-se importante que os mesmos troquem de uma forma regular dados e informações que acharem ser relevantes. Devendo ainda estar prontamente disponíveis para que a sua utilização seja feita de uma forma mais facilitada. Está ainda explícito neste artigo de que, quando um Estado pertencente à bacia hidrográfica do Nilo solicitar a outro Estado que também pertence a bacia hidrográfica do Nilo o fornecimento de determinadas informações ou dados, este deve então se mostrar prontamente disponível reunindo todos os esforços para realizar o pedido (Iniciativa Bacia do Nilo 2010).

Outro artigo importante é então o número treze, onde é especificada a proteção da bacia hidrográfica do Rio Nilo e as instalações relacionadas em tempos de conflito armado. Aqui, o foco é a proteção do Rio Nilo em si e das suas instalações que usufruem das regras do Direito Internacional dedicadas aos conflitos armados quer estes tenham carácter internacional ou não internacional (Iniciativa Bacia do Nilo 2010).

Por fim, é importante ainda ressaltar o artigo catorze que diz respeito à segurança hídrica. Sendo que aqui é reconhecida a importância vital que a segurança hídrica tem para cada um dos Estados pertencentes à bacia hidrográfica do Nilo. Os mesmos Estados, também neste artigo reconhecem que a cooperação é importante na gestão e desenvolvimento dos recursos hídricos que compõe o Sistema do Rio Nilo <sup>23</sup>. Esta atitude acaba por facilitar a obtenção da segurança hídrica e ainda se irá verificar a possibilidade dos Estados conseguirem atingir outros benefícios (Iniciativa Bacia do Nilo 2010).

---

<sup>23</sup> Segundo informações dadas pelo documento do acordo em análise, o conceito mencionado aparece descrito no artigo 2, onde podemos ler que este conceito se destina às águas subterrâneas e superficiais que estão ligadas ao Rio Nilo (Iniciativa Bacia do Nilo 2010).

## Capítulo IV. A cooperação entre Egito, Etiópia e Sudão

### 4.1. A Grande Barragem do Renascimento Etíope

A barragem controversa aparece pela primeira vez mencionada em 2011 por parte do governo da Etiópia. A GBRE faz parte assim e um conjunto de grandes barragens que o país pretende construir no Nilo Azul (Obengo 2016), sendo este um afluente do Rio Nilo, a construção seria realizada numa zona mais montanhosa (Kansara et al. 2021). Esta revelação acabou por se tornar num momento de grande surpresa para os dois países a jusante que neste caso são o Sudão e posteriormente o Egito (Aljefri et al. 2019).



Figura 2: Localização da GBRE (BBC s.d)

Ao construir a barragem, a atitude da Etiópia é vista como sendo uma provocação à já anteriormente estabelecida ordem de poder na bacia hídrica do Rio Nilo. Esta ação mostrada ainda ao Egito que poderia facilmente ser substituído. Com a construção a chegar ao fim, isto traz ainda mais problemas relacionados com as tensões que se tem vindo a acumular entre os dois países. Tendo como principal ponto de divergência quanto à questão do abastecimento do reservatório da barragem. Para mostrar que este assunto era realmente complicado, chegaram ainda a se efetuarem ameaças de tipo militar quando se tocava na questão do reservatório. A construção da barragem teve sobretudo financiamento interno por parte do governo etíope e ainda através de cidadãos etíopes que se voluntariaram para doar algumas quantias (Stoll 2018).

Para o governo egípcio, a construção da barragem é vista como uma ameaça à existência egípcia. Quando finalizada, a barragem, o seu reservatório tem a capacidade da barragem já construída em Aswan para armazenar água durante um ano inteiro. A questão principal é então a escassez hídrica que o Egito tem vindo a sofrer ao longo dos anos. Por sua vez, a possibilidade da construção da barragem sem um acordo prévio relativamente à sua utilização deixava o governo egípcio numa posição de incerteza e desconfiança. É importante salientar que, esta barragem faz com que ao armazenar de uma forma repentina a água, poderá causar uma diminuição no fluxo de água do Rio Nilo o que neste caso é prejudicial tanto para o Sudão como para o Egito (Al-Anani 2020).

No mês seguinte ao anúncio da construção da barragem, Sameh Shoukry, Ministro dos Negócios Estrangeiros egípcio levanta a possibilidade da existência de uma ação militar direcionada à GBRE. Através das suas palavras seria “ uma ameaça ao bem estar e à existência de milhões de cidadãos egípcios e sudaneses ”<sup>24</sup> já que esta infraestrutura iria causar perturbações na paz e estabilidade internacional. No entanto, o presidente Abdel-Fattah el-Sisi veio acalmar os ânimos no que tocava a esta ameaça militar. O presidente apelou sobretudo ao respeito de todas as opiniões e também para que se encontrasse uma solução pela qual tivessem passado por um processo de negociação (Dunne 2020).

Já relativamente à posição da Etiópia, esta é bem clara. Para os etíopes, a construção desta infraestrutura é essencial para o seu próprio desenvolvimento. O governo sudanês decide se posicionar relativamente a este assunto já que também é do seu interesse. Para os sudaneses é essencial que este tipo de projeto regule as inundações que ocorrem anualmente, porém, mantém-

---

<sup>24</sup> Traduzido pela autora.

se um pouco reticente já que teme que as suas barragens possam vir a ser danificadas (Al Jazeera 2021a).

Posto isto, entendemos que a GBRE é vista como um ponto de rutura entre os países Etiópia, Sudão e Egito devido a todas as questões relacionadas com a utilização da barragem. Ao mesmo tempo, entendemos ainda que não podemos negar que esta situação pode ser o início de uma possível cooperação entre todos os Estados que pertencem à bacia hidrográfica do Rio Nilo (Cascão 2009; Cascão e Nicol 2016; Yihdego et al. 2017; Stoll 2018).

É inegável que o Egito e a Etiópia são os países que mais se sobressaem na África Oriental daí ser importante manterem relações de amizade e cooperação entre eles para que toda a região se beneficie de estabilidade. No entanto, devem ir mais além ao compreender que ambos apresentam necessidades comuns como o caso da água. Torna-se assim imperativo que se celebre um compromisso que trará todos estes benefícios (Al-Anani 2020).

Os benefícios serão para os governos egípcio, sudanês e etíope, que em primeiro lugar sobressaem a energia retirada através dos recursos hídricos. Desta forma, percebe-se que cada vez mais uma gestão compartilhada da água presente no Rio Nilo é fundamental para a existência de meios de subsistência sustentáveis quer eles estejam a nível local, regional ou até mesmo nacional (Veilleux 2015).

## 4.2. A Iniciativa da Bacia do Nilo (2011 a 2021)

A IBN tem vindo a se solidificar a nível de credibilidade, desempenhando e ainda tem criado um papel de plataforma imparcial para o diálogo. Tem como principal intuito eliminar as tensões políticas relativas à política interna de cada Estado. Sendo assim, a iniciativa passa a criar uma partilha de informações necessárias e ainda preparar projetos que sejam exequíveis e benéficos para os países. Tudo isto, traduz-se no apoio que os países passam a contar vindo da iniciativa para que possam administrar o Rio Nilo de uma forma transfronteiriça (Iniciativa Bacia do Nilo 2015).

Para que seja possível cumprir com os objetivos estipulados anteriormente, existe uma necessidade da IBN criar uma série de planos que devem ser aplicados. O “Plano Estratégico de 2012-2016” conta com três áreas essenciais para este programa. São nomeadamente a cooperação entre bacias, com o intuito de que se aumente a cooperação e as ações em conjunto entre os países que são membros da iniciativa. Pretende-se também uma administração dos recursos hídricos existentes para que se avalie, salvasse e administre a base destes mesmos recursos hídricos. Por fim, deseja-se um desenvolvimento dos recursos hídricos que irá culminar na identificação, preparação e na facilitação dos projetos transfronteiriços. Para que estas estratégias se tornassem possíveis, seria importante que se aumentasse o grau de cooperação entre os países que fossem membros da IBN. Para além disso, seria essencial tornar funcional o programa de partilha de conhecimentos a nível da iniciativa. Também os Estados membros deviam reforçar o seu compromisso sobretudo quando falamos sobre a cooperação. No entanto, neste documento é ainda possível perceber quais os constrangimentos que o Plano Estratégico de 2012-2016 tem vindo a enfrentar (Iniciativa Bacia do Nilo 2013).

O relatório começa então com a dificuldade existente na comunicação. No caso da dissertação é aquela que acaba por ser a mais importante para a análise. Aqui neste parâmetro, há a falta de informações mais explícitas sobre o que é a iniciativa. Deveria assim, focar-se numa aposta que mostra que esta iniciativa se destina sobretudo à cooperação. Cooperação esta que, vai além-fronteiras e que num futuro, a IBN pretende ser um ponto de referência como um ambiente favorável à cooperação. Também se salientam os resultados *win-win* entre os países que a constituem e claro uma partilha de informações relevantes o que, por conseguinte, irá diminuir a competitividade (Iniciativa Bacia do Nilo 2013).

Um dos factos interessantes deste plano e que se revela importante durante a investigação é a informação de que o Egito acabou por não contribuir para o seu processo de tomada de decisão. Por outro lado, nesta altura o Egito também acabou por congelar a sua participação a nível financeiro o que faz com que ele não pague as contribuições que são necessárias serem pagas (União Europeia s.d). Por outro lado, o Sudão voltou a fazer parte da iniciativa no início do ano de 2012. Este comprometeu-se em ter um maior compromisso com a cooperação e que a mesma seria um fonte para obter benefícios a partir da bacia hidrográfica do Rio Nilo (Alabass 2017).

A “Estratégia de Engajamento 2018-2023” trouxe consigo os objetivos principais que seriam essenciais para uma maior importância da IBN. Sendo assim em primeiro lugar, seria essencial criar a base para o diálogo que fosse sobretudo construtivo quando surgissem questões relacionadas com a bacia hidrográfica do rio Nilo. Em segundo lugar, fazer com que os países ribeirinhos do Nilo sentissem a necessidade de estarem presentes nas atividades da iniciativa para que juntos consigam enfrentar os desafios que tem vindo a surgir. Este objetivo mostra-se importante, uma vez que, a IBN é “a única plataforma em toda a bacia para a gestão cooperativa e desenvolvimento da água compartilhada da Bacia do Nilo e dos recursos relacionados”<sup>25</sup> (Iniciativa Bacia do Nilo 2018).

Devido às constantes evoluções que se tem verificado ao longo dos tempos, também a iniciativa sentiu a necessidade de se fazer notar nestas novas épocas. O que fez assim com que apostasse em vários meios diferentes para atingir os objetivos anteriormente mencionados. Como novos meios surgiram assim, as comunicações *online* que seriam feitas através de, por exemplo, *sites* e plataformas de *e-learning*. Com estas novas plataformas, todas as informações importantes estariam disponíveis para todos aqueles que as quisessem consultar (Iniciativa Bacia do Nilo 2018). A criação de eventos foi outra forma importante para que se difundissem os objetivos, já que a iniciativa passou a organizar fóruns e até mesmo formações para que se promovessem os diálogos em toda a bacia hidrográfica do Rio Nilo. Para demonstrar este tipo de ações temos assim o exemplo do “Dia do Nilo” e do “Fórum de Desenvolvimento da Bacia do Nilo” (Iniciativa Bacia do Nilo 2018).

---

<sup>25</sup> Traduzido pela autora.

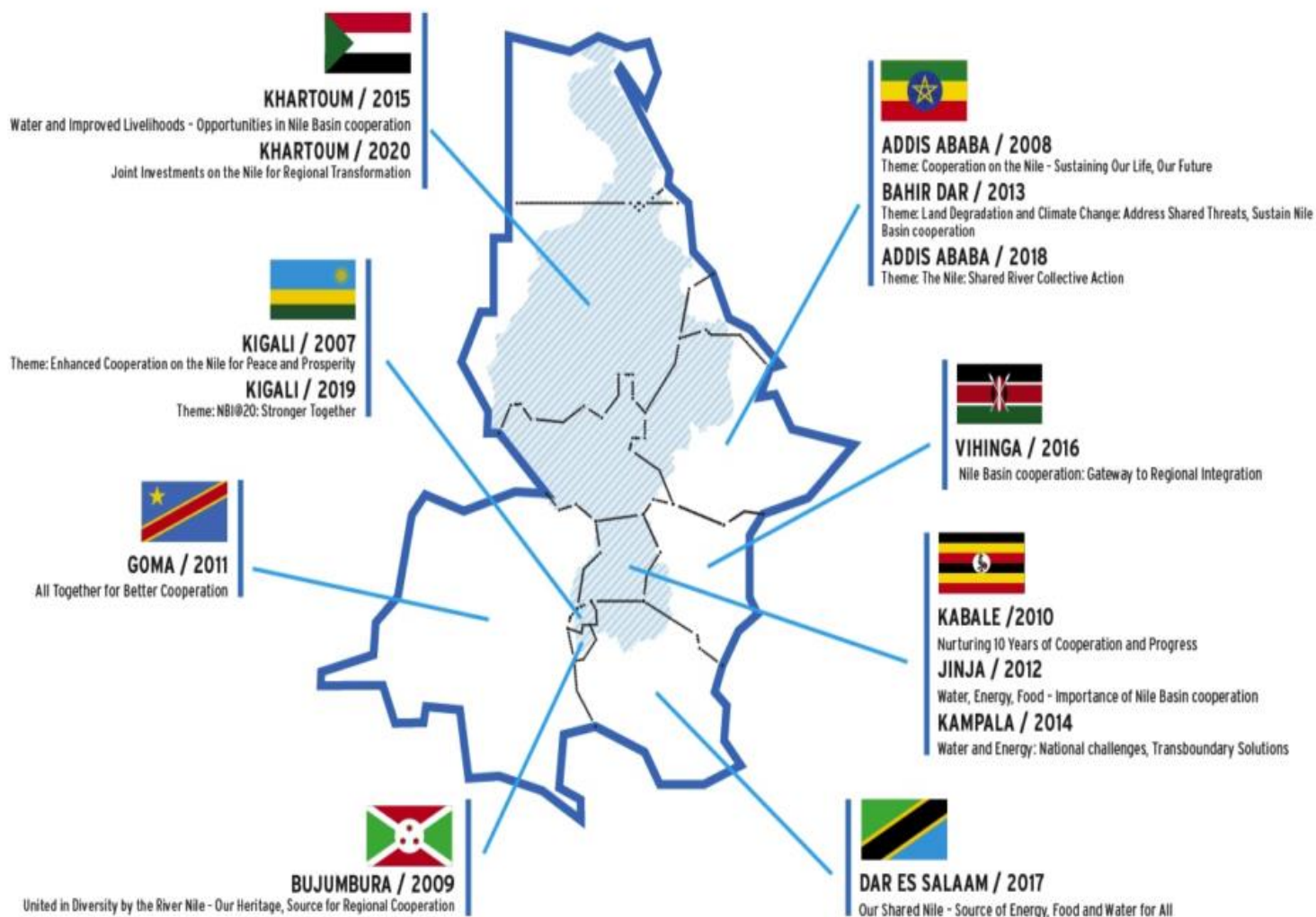


Figura 3: Locais onde já se realizou o "Dia do Nilo" (Iniciativa Bacia do Nilo s.d)

Existência de comunicações técnicas e comunicações corporativas. No primeiro tipo de comunicações, as técnicas, é suposto existir a provisão de informações que vem da IBN em que estas estão diretamente relacionadas a especialistas<sup>26</sup> cientes dos respetivos tópicos abordados. Já o segundo tipo de comunicação, a corporativa, relaciona-se sobretudo com publicações corporativas que devem incentivar a adesão à iniciativa. Para além deste incentivo mencionado, devem ainda incentivar a publicar o que tem sido alcançado pela IBN. Por fim, é ainda necessário

<sup>26</sup> Estas informações não se limitam unicamente a ser fornecidas e criadas por especialistas mas sim maior parte (Iniciativa Bacia do Nilo 2018).

um engajamento dos meios de comunicação, sendo que ela é o principal veículo para divulgar a cooperação que tem existido no Nilo (Iniciativa Bacia do Nilo 2018).

A “Estratégia 2017-2027” tem três pontos que são importantes. O primeiro está relacionado com os desafios que os Estados pertencentes à bacia hidrográfica do Nilo vão enfrentar e, por conseguinte, o que a IBN pode vir a fazer para colmatar estes desafios num prazo de dez anos. O segundo ponto, destina-se às contribuições da IBN. Por fim, o posicionamento que a IBN deverá ter ao longo do seu mandato já que é uma instituição importante (Iniciativa Bacia do Nilo s.d).

Para que os países ribeirinhos não tomem atitudes unilaterais é então essencial que se tome um conjunto de direções estratégicas. Entre elas as mais importantes para esta dissertação são o reforço das estruturas políticas. Podendo estas estarem localizadas a nível nacional ou regional. Por sua vez, estas estruturas políticas irão acabar por contribuir para uma gestão cooperativa e ainda o desenvolvimento daqueles recursos hídricos que estão a ser partilhados. Por outro lado, é importante também mencionar uma melhoria nas informações partilhadas e nas ferramentas analíticas (Iniciativa Bacia do Nilo s.d).

Outro ponto que também achamos importante salientar para além da problemática da água é a questão da energia elétrica formada a partir dos recursos hídricos. A cooperação transfronteiriça também é um pilar no desenvolvimento da energia hidroelétrica. Isto revela-se importante para que estes países que pertencem ao Rio Nilo tenham um maior desenvolvimento interno e um crescimento próspero o que ajudará sobretudo no alívio da pobreza (Iniciativa Bacia do Nilo s.d).

Aqui podemos dar como exemplo, o Projeto Regional de Comércio de Energia da Bacia do Nilo. Este projeto, destinava-se a ajudar os países da bacia hidrográfica do Rio Nilo a coordenar e desenvolver os mercados regionais de energia. Os países ao pensarem em investimentos transfronteiriços estariam ainda a construir laços de cooperação (Banco Mundial 2015).

De uma forma mais concreta e relacionada com a dissertação, deve-se mencionar o Estudo do Programa de Comércio de Energia do Nilo Oriental. Tinha como objetivo promover o comércio de energia entre o Egito, Etiópia e Sudão. Através de um ambiente propício e investimento planeado de criação de energia, dividido em duas fases (Banco Mundial 2015).

A primeira teria uma avaliação do comércio de energia das possíveis oportunidades entre



Etiópia, Egito e Sudão. A segunda era caracterizada por conter um estudo de viabilidade da interligação de energia entre os três países, sendo a energia transportada da Etiópia para o Sudão e Egito. O estudo mostrou que existiam custos e benefícios de se criar a confiança a nível nacional de uma possível cooperação internacional (Banco Mundial 2015).

### 4.3. A Declaração de Princípios de 2015

Desde o ano de 2013 até ao ano de 2015, os governos dos três países envolvidos na construção da polémica barragem têm estado constantemente em conversações, porém, de uma forma privada. Só em 2015 é que temos então um primeiro acordo entre os três países chamado de Acordo sobre a Declaração de Princípios. O acordo viria a ser assinado no dia 23 de março. Dava-se assim o primeiro passo oficial para uma abordagem mais institucionalizada para o desenvolvimento compartilhado da bacia hidrográfica do Nilo (Veilleux 2015).

A declaração aparece no seguimento da atitude do Egito ao continuar com a afirmação de que tinha o direito de impedir a Etiópia de avançar nos seus projetos hídricos. Este impedimento mantinha-se mesmo que a construção acontecesse para lá do seu próprio território. O que se afirmava, por parte dos egípcios, que esta construção ia impedir o seu povo de satisfazer as suas necessidades relativamente à água (Kimenyi e Mbaku 2015). Para além disto, a declaração assinada pelos três países mostra-se assim como um compromisso. Passa a ser visto como sendo um compromisso de carácter público fazendo com que os três signatários se sintam obrigados a cumprir e espera-se que estas ferramentas gerem conformidade (Lawson 2017).

Relativamente ao documento assinado, este merece ser analisado de uma forma extensa já que é uma forma declarada de cooperação entres os países em conflito. Para além desta cooperação já mencionada, o documento também se compromete a dividir de uma forma igual a água presente no Nilo já que tanto o Egito, Etiópia e Sudão tem as suas necessidades hídricas. Para além disto, é importante que seja referido que o desenvolvimento sustentável e também a integração regional sobretudo a nível económico são abordados. Já a nível de possíveis conflitos que possam vir a ocorrer a nível dos recursos hídricos, os países comprometem-se a não infligir ou agir de forma a que se inicie qualquer tipo de danos aos restantes signatários da declaração (Pemunta et al. 2021).

O documento oficial conta com dez princípios enumerados e especificados sobre o que é suposto se retirar de cada princípio. Aqui iremos sobretudo abordar aqueles que mais fazem sentido de acordo com a lente teórica utilizada. Começamos assim não de forma ordenada, mas pela que faz mais sentido, ou seja, pelo princípio segundo onde está explícita a utilidade da barragem que está a ser construída.

De acordo com o princípio do desenvolvimento, integração regional e sustentabilidade a finalidade da barragem é a obtenção de energia. A obtenção de energia vai estar assim aliada ao desenvolvimento económico e trazer a cooperação a nível transfronteiriço. Para além destes benefícios, vai também gerar uma energia que tenha por características ser limpa e sobretudo sustentável. O próximo princípio a ter em conta é o primeiro, denominando-se de princípio da cooperação. Neste princípio os Estados assinantes da declaração comprometem-se uns com os outros a se relacionarem de forma a que consigam atingir entendimentos e interesses mútuos. Com este intuito pretendem com que as boas intenções culminem em benefícios e ainda numa melhor perceção das necessidades, quer dos Estados a montante, quer daqueles que se situam a jusante (Tawil 2020).

Segue-se assim o quinto princípio que se relaciona novamente com a cooperação. Desta vez, os Estados devem cooperar no primeiro abastecimento da barragem e ainda na sua gestão. O quinto princípio presente na declaração diz-nos que é essencial que se implementem as advertências feitas pelo Comité Internacional de Especialistas<sup>27</sup>. Em adição, seria ainda necessário que fossem tomados em conta os relatórios que seriam provenientes do Comité Tripartido de Especialistas<sup>28</sup>. Desta forma, os Estados irão ter a mesma opinião no que toca ao abastecimento da barragem. Apesar disto seria ainda mais fácil a perceção relativa à forma como a barragem deverá ser gerida de forma anual pelo seu dono, neste caso o governo etíope. Passando a Etiópia a ter a capacidade de regular as normas sempre que achar necessário (Tawil 2020).

Estes comités voltam a ser novamente motivo de insistência por parte de Michael Abebe que foi nomeado como sendo vice-presidente da Comissão Internacional de Grandes Barragens de 2020 até 2023. Ao ser entrevistado ressaltou novamente a importância da contratação de painéis independentes de especialistas. Neste caso, a contratação será benéfica para que se criem maiores laços de segurança e confiança relativamente a construção da barragem. Por sua vez, isto ajudará a manter os níveis de cooperação mais elevados entre os três países (Abdalmohsen 2020). Um dos pontos também importantes para que se continue a cooperação é a informação que os países a montante devem enviar aos países que se situam a jusante. Esta atitude mostra

---

<sup>27</sup> Em 2011 o governo da Etiópia e do Egito finalmente acordam que seria essencial um grupo de especialistas internacionais para que fosse possível avaliar os impactos da barragem a ser construída. Este comité era constituído tanto por especialistas egípcios como sudaneses e etíopes. Para além disso ainda contava com especialistas internacionais, ao todo formavam uma equipa de 10 especialistas (Tawil 2020).

<sup>28</sup> Já em 2014, ambos os países decidem novamente sobre a criação de um comité tripartido de especialistas constituído por 12 especialistas, que em 2017 tem o seu primeiro consenso após 14 rondas de negociações (Tawil 2020).

a capacidade de se lidar com os imprevistos ligados aos processos de operação da barragem. Por fim, é importante novamente ressaltar neste princípio a necessidade da cooperação e ainda a coordenação de todas as operações da barragem. Isto deverá resultar numa atitude síncrona estando os três Estados perfeitamente alinhados. Menção ainda para a duração do processo que se apela a que dure 15 meses após os estudos dos comités (Tawil 2020).

O princípio número sete vem ao encontro do quinto princípio, pois este também se relaciona com a circulação de dados e informações. Aqui é importante se ressaltar que os três países envolvidos terão a responsabilidade de enviar todas as informações necessárias para os comités. Este envio de informações será munido de boa vontade e no tempo necessário para que seja possível realizar os estudos. Para que se construa ainda mais laços de confiança entre os países, estipula-se através do sexto artigo da declaração que aqueles países a jusante “serão priorizados na compra de energia gerada pela GBRE”<sup>29</sup> (Tawil 2020).

Por fim, não podíamos deixar de mencionar o princípio número nove e ainda o último que é o dez. O princípio nove relaciona-se com a soberania e a integridade territorial. Aqui os três países deverão cooperar numa base que garante uma soberania equitativa. Criando-se unidade a nível regional, benefícios que sejam mútuos e desejar que as intenções dos países sejam as melhores para que se proteja e utilize o rio de uma forma mais eficiente (Tawil 2020).

O último princípio presente no documento é talvez o mais importante pois destina-se à resolução pacífica dos conflitos. Neste princípio os conflitos emergentes devem ser resolvidos através de um consenso, negociações e consulta já que os Estados se comprometem a ter boas intenções. Caso os Estados não consigam se resolver através dos mecanismos anteriormente referidos podem optar pela conciliação, mediação ou ainda reportar o assunto diretamente aos chefes de Estado (Tawil 2020).

Apesar da existência desta declaração autenticada pelos três países interessados a verdade é que o documento acaba por não dar garantias técnicas muito menos específicas de que o Egito tem direitos relativamente ao Rio Nilo. Mas o que mais sobressai é o facto de que o documento muito menos obriga a Etiópia a se comprometer de que após concluída e totalmente operacional a GBRE que não vai comprometer a quantidade de água essencial às necessidades tanto sudanesas como egípcias (Pemunta et al. 2021).

---

<sup>29</sup> Traduzido pela autora.

As negociações acabam também por ser prejudicadas já que os três governos não conseguiram chegar a acordos relativamente às consultorias holandesa e francesa que deveriam então analisar os impactos da construção da barragem. Os impactos a serem analisados deveriam ser os ambientais, económicos e sociais. Sendo assim, como os trabalhos de consultoria ainda não tinham sido divulgados as autoridades egípcias queriam que os trabalhos que estavam a ser realizados na barragem fossem parados. Para pioraram ainda mais o cenário que se vivia entre os países, manifestações aconteceram no Cairo relativamente a construção da GBRE que coincidiram com a primeira fase do abastecimento do reservatório da barragem (Lawson 2017).

#### 4.4. O *Open Water Diplomacy Lab*

Foi criado em 2016 (Institute for Water Education 2021), e podemos dizer que este é considerado um projeto que tem como intuito reunir especialistas dos assuntos relacionados com a água. Estes especialistas podem ser diplomatas, jornalistas e cientistas desde que, sejam originários da bacia hidrográfica do Rio Nilo. Pretende-se a criação de aprendizagens e coprodução de conhecimentos. Deve-se compartilhar e discutir as várias questões sobre a bacia do Rio Nilo, especialmente aquelas que geram maior controvérsia (Mugira 2021).

Destina-se sobretudo às questões controversas que existem no Egito, Etiópia e Sudão. Pretende saber como estas questões impactam a nível das negociações internacionais, indo além das perspetivas que vem do interesse nacional (Mugira 2021). Num objetivo final tem também interesse em construir uma maior compreensão nas interações futuras da mídia, ciência, política e o seu impacto na diplomacia da água (Institute for Water Education 2021).

A escolha das pesquisas se focarem maioritariamente nos países Egito, Etiópia e Sudão acontecem, pois, as polémicas relativamente à construção da GBRE são bastante contestadas e agitadas. Com estas pesquisas foi possível apurar que, o debate relativamente a como se devem distribuir as águas do Nilo em cada país não existem. O debate nacional sobre a água do rio mais importante para estes países não conta na agenda de cada um dos três países. Os países são assim caracterizados como “atores unitários, monolíticos e com um interesse nacional que orienta a sua ação em relação ao Nilo”<sup>30</sup> (Almohsen 2020).

Na maior parte das vezes, a questão hídrica entre os três países caracteriza-se por ser bilateral já que a mídia cita bastante o Egito e a Etiópia acabando por se esquecer do Sudão. O país acaba assim por ser visto como um ator secundário em toda esta questão. A forma bilateral como a questão é apresentada, dá assim ênfase a uma maior agitação do que de facto é o que acontece. A menção do Sudão na questão hídrica faz assim com que o problema seja visto como capaz de aceitar o debate e a possibilidade de se criarem soluções colaborativas (Almohsen 2020).

Outra das situações que se põe, é o facto de maior parte das informações sobre a barragem ter um difícil acesso a informações e às dificuldades que o jornalismo investigativo encontra na região. Considera-se assim que, a liberdade de expressão é limitada. Os debates na

---

<sup>30</sup> Traduzido pela autora.

mídia sobre a questão hídrica ocorrem em espaços políticos fechados e os jornalistas e investigadores tem também uma liberdade de expressão limitada. Foi ainda possível perceber que a liberdade no acesso a redes sociais tanto no Sudão como na Etiópia também era limitado, o que criava uma fronteira às comunicações (Almohsen 2020).

O projeto pretende ainda treinar tanto jornalistas como os cientistas que trabalham sobre as questões da bacia hidrográfica do Rio Nilo. Os cientistas deverão ter o seu treino sobretudo a nível das habilidades de comunicação. Já a aprendizagem dos jornalistas passa sobretudo pelas questões relacionadas com a gestão de água e os conflitos hídricos. Posto isto, o objetivo final é a interação e desenvolvimento de projetos sobre a comunicação científica da água (Nile Water Lab s.d).

Como parceiros para este projeto, podemos enumerar quatro. O primeiro é a Rede de Capacitação da Bacia do Nilo. É um conjunto de cientistas e outros profissionais que lidam com a questão da água do Rio Nilo, criada em 2002. Seguem-se os Jornalistas da Água África, uma rede de 700 jornalistas de 50 países africanos. A SciDev.net uma fonte de notícias que se caracteriza por ser viável. Tem como missão a ciência e tecnologia gerarem um impacto positivo no desenvolvimento sustentável e na redução da pobreza no Sul. Por fim, a Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, mais especificamente o Departamento de Estudos de Mídia (Nile Water Lab s.d).

Em 2020, este projeto acabou por se tornar ainda mais relevante pois chegou a locais fora da bacia hidrográfica do Rio Nilo. Mostrando-se assim interessante para locais como a Ásia (Institute for Water Education 2021). Posto isto, a ideia será replicar o que foi feito na Bacia do Nilo em outras bacias hidrográficas que estejam interessadas (Almohsen 2020).

## 4.5. Reuniões complementares

### 4.5.1. A intervenção da União Europeia

Apesar dos esforços relatados anteriormente como o caso dos projetos da IBN e da Declaração de Princípios assinada pelo Egito, Etiópia e Sudão revelou-se necessário que se investisse ainda mais para que a cooperação entre os três estados se tornasse cada vez mais sólida. Para que isto acontecesse, foi então necessário que outros intervenientes se interessassem também por este assunto. Aqui podemos enumerar o caso dos Estados Unidos da América, União Africana, Banco Mundial e ainda a União Europeia.

A UE através de um documento relata-nos que o incentivo à cooperação por parte dos Estados ribeirinhos do Rio Nilo relativamente à questão da partilha das águas do rio é importante. Desta forma, a cooperação é vista assim como uma forma de prevenir os possíveis conflitos, cooperação esta que foi encontrada na diplomacia da água (União Europeia s.d). Para além disto, é ainda importante salientar que a UE também tem vindo a revelar cada vez mais o seu apoio na importância da cooperação hídrica transfronteiriça para que se consiga almejar paz e estabilidade. A cooperação hídrica transfronteiriça passa a ser vista como uma forma preventiva de conflitos. Uma possibilidade para a integração regional e prosperidade (Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa 2018).

Para que isto fosse possível, a UE pretendia assim implementar um projeto que estava destinado aos *stakeholders*. Estes *stakeholders* seriam então os Estados pertencentes à bacia hidrográfica do Nilo, ou seja, os 11 países. Os objetivos pretendidos seriam que os países tivessem um maior diálogo político entre eles, mas ao mesmo tempo tivessem cada vez mais consciência na gestão dos recursos hídricos. Destinava-se também à IBN e aos atores sub-regionais para que estes tenham formações adequadas. Culminando numa melhor prática dos papéis que a si estão destinados (União Europeia s.d).

O terceiro *stakeholder* são as organizações pertencentes à sociedade civil. Tendo como principal objetivo aumentar os diálogos sobre a água, energia e segurança alimentar. Não esquecendo é claro a problemática das alterações climáticas e aquelas políticas que são relacionadas com a água. Por fim, deve-se ainda mencionar os corpos regionais. Estes devem como sua principal missão aumentar as suas atividades e ainda os parceiros de desenvolvimento.



Os parceiros de desenvolvimento devem manter os apoios existentes e procurar apoios para o futuro, partilha de informações e trocas políticas (União Europeia s.d).

No documento referido, a União Europeia refere ainda os pontos em que é necessário que se efetuem melhorias. Melhorias que devem visar sobretudo a cooperação já que esta tem uma grande carência. O défice verifica-se quando se aborda a gestão hídrica transfronteiriça e as ameaças à segurança e paz na bacia hidrográfica do Rio Nilo. Os fatores mais prováveis para isto acontecer são citados como sendo a falta de vontade política para a cooperação. A ausência de um diálogo produtivo entre alguns dos países ribeirinhos. Falta de conhecimento sobre os possíveis benefícios que a cooperação a nível da bacia hidrográfica pode vir a trazer aos Estados. Problemas a nível dos governos dos países ribeirinhos, falta de interesse pelo público em geral, entre outros que são referidos (União Europeia s.d).

Por outro lado, outro dos problemas referido é também a não partilha de informações/dados que são recolhidos pelas estações hídricas. Esta atitude pretende ser revogada, apoiando-se assim a partilha de informações hídricas entre os vários Estados da bacia hidrográfica. De salientar ainda, a avaliação dos recursos hídricos da bacia que não tem sido muito fácil de concretizar. Isto acontece, uma vez que, nem todos os Estados acabam por dar o seu consentimento. A falta de unanimidade que faz com que seja urgente que se criem processos para consulta, onde estarão presentes algumas atividades que se irão julgar como sendo relevantes e apropriadas para este assunto. Não esquecendo como é obvio as necessidades e sobretudo as preocupações que os países ribeirinhos tem vindo a enfrentar ao longo dos tempos (União Europeia s.d).

#### 4.5.2 A intervenção dos EUA e do Banco Mundial

Já a intervenção dos Estados Unidos da América data o ano de 2020. O secretário das Relações Internacionais norte-americano Mike Pompeo faz uma visita ao território sudanês. Para além dos motivos oficiais que o fez se deslocar ao país, ainda teve tempo de mencionar que seria de extrema importância que os três países conseguissem negociar uma solução o mais rápido possível. Também por parte dos EUA, em novembro de 2019, foram iniciadas negociações através da iniciativa do então presidente norte-americano que estava no poder, Donald Trump. Este almejava que os três Estados conseguissem chegar a um acordo (Getachew, 2020).

As reuniões foram assim iniciadas, uma vez que, o Egito tinha feito então esse pedido ao presidente Donald Trump. Foram assim realizadas quatro reuniões que tiveram início em novembro de 2019 e deveriam terminar antes do dia 15 de janeiro de 2020. Para além da presença dos Estados Unidos da América como sendo um membro observador contava-se ainda com a presença do Banco Mundial que estaria também com o estatuto de membro observador (Maru 2020b). A participação do BM teria sido sugerida por parte do Egito em 2017, porém, a Etiópia em 2018 acaba por negar esta proposta inicial (Tawil 2020).

Apesar de tudo, Donald Trump não se vê satisfeito e decide assim entre os dias 27 e 28 de fevereiro de 2020 convocar a quinta reunião ministerial. Aqui a Etiópia fez-se de ausente, enquanto que de uma forma bilateral o Sudão e o Egito acabam por ter conversações com Steven Mnuchin que neste ano era o Secretário do Tesouro dos EUA (Maru 2020a).

No entanto, estas conversações que tinham como membro observador os EUA, após quatro meses, mais precisamente em fevereiro de 2020, são suspensas. Em causa esta a acusação por parte da Etiópia aos EUA de que estes estavam aliados aos egípcios. Situação que acaba por ser ainda mais agravada com o facto de as divergências sobre o cronograma de abastecimento do reservatório da barragem estar em constante disputa entre os dois países. Após estes desentendimentos, a Etiópia anuncia assim que apesar de não existir acordo entre os três países que ira prosseguir com as operações para encher o reservatório da sua barragem. Por conseguinte, dá então início às operações nela (Getachew, 2020).

A decisão unilateral da Etiópia resulta assim em declarações do lado egípcio. Os egípcios afirmam que esta atitude faz com que o Egito reaja de forma a proteger “com todos os meios disponíveis os interesses do povo egípcio, o seu destino e futuro”<sup>31</sup>. A comunicação social egípcia também retrata este acontecimento como uma guerra onde o Catar, Turquia e Irão tinham interesse<sup>32</sup>. Vão mais além e incluem até mesmo Israel. O país é acusado pelos egípcios de estar a beneficiar a Etiópia com a ajuda de tecnologia e apoio militar (Maru 2020a).

Destes encontros saiu assim uma proposta que deveria ser assinada pelos três países. Ao chegar o seu momento mais importante, a assinatura, a Etiópia acaba por se recusar a assinar invocando assim o princípio da soberania que poderia estar em causa caso assinasse o documento

---

<sup>31</sup> Traduzido pela autora.

<sup>32</sup> Acredita-se que esta rivalidade esteja presente desde o desentendimento no Conselho de Cooperação do Golfo (Maru 2020a).

(Mohyeldeen 2021).

#### 4.5.3. A intervenção da União Africana

Também a União Africana teve a sua parte na intervenção da construção da barragem. Em junho de 2020, um comunicado foi feito através da voz do presidente Moussa Faki. O presidente afirmava que “cerca de 90 % das negociações tripartidas entre Egito, Etiópia e Sudão já foram resolvidas”<sup>33</sup>. Destas reuniões saíram cinco decisões. A primeira seria de que, ambas as partes não iriam fazer declarações ou até mesmo tomar decisões que farão com que o processo de decisão possa vir a ser comprometido ou ainda o complicar. Com a ajuda da União Africana pretende-se encontrar soluções para todas as questões que tem vindo a se mostrar importantes (Maru 2020b).

Após isto, também foi mencionado de que o Comité Tripartido, já referido anteriormente, deveria ser aumentado para passar a comportar a presença de observadores. Aqui seria o caso da África do Sul e ainda alguns peritos que integrem cargos da União Africana. O terceiro ponto, estipulava que este comité que iria ser criado deveria então numa semana a contar de 27 de junho do ano de 2020 criar um relatório para ser entregue ao presidente da União Africana (Maru 2020b).

A penúltima decisão seria a de que deveria ser convocada uma reunião. Reunião esta que seria liderada pela União Africana a partir da data de 27 de junho de 2020. Seria importante a reunião para que fosse possível analisar o relatório relativo às negociações que tinham sido destinadas aos problemas relativos à barragem. Por fim, também iria existir uma solicitação endereçada ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para que este não se esquecesse que a União Africana estaria a par do assunto (Maru 2020b).

Com a intervenção da União Africana, percebemos ainda que pela visão etíope os egípcios em conjunto com os sudaneses têm dificultado o processo de tomada de decisão e interesses mútuos. Isto acontece, uma vez que, tem tido exigências inalteráveis e em excesso o que dificulta então estes processos. O que mostra ainda que, o Sudão tem vindo a se alinhar ultimamente mais com o Egito, deixando na outra ponta como oposição única a Etiópia (Maru 2020b).

---

<sup>33</sup> Traduzido pela autora.

Apesar do Sudão se situar mais próximo do Egito a verdade é que este tem bastante a ganhar com a construção da barragem. Com ela, os sudaneses passam a ter energia mais barata e há uma maior possibilidade para que se controlem as inundações. Por fim, trará benefícios para a irrigação do país, o que mostra assim que o Sudão não pode tomar partido de nenhum lado de uma forma mais forte. Aconselha-se ainda a que também não o faça pois só assim poderá ganhar a confiança dos dois países. O Sudão pode até ir mais longe e mostrar-se como mediador das negociações. Já que, caso os seus vizinhos entrassem em conflito seria bastante improvável que ele conseguisse se livrar das consequências que um conflito armado acarreta. Por sua vez, o conflito trairia sobretudo prejuízos para a população sudanesa (Mohyeldeen 2021).

Tudo isto serve ainda para que o Egito consiga fazer pressão sob a Etiópia alegando que só retomará o seu lugar na negociação levando o assunto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Caso a Etiópia não aceite que a União Africana tome a posição de mediador entre as negociações dos países. Apesar da tentativa da União Africana podemos afirmar que, isto não conseguiu produzir efeitos que se traduzissem em progressos nas relações entre os três países. Este envolvimento mostra-se assim uma afirmação de que o princípio “soluções africanas para os problemas africanos”<sup>34</sup> tem vindo a ser utilizado. Aqui a participação da União Africana podia ser vista como sendo o reconhecimento dos três Estados de que a política que diz respeito à bacia hidrográfica do Rio Nilo está a ter a sua mudança presente (Maru 2020b).

#### 4.5.4. As negociações no Conselho de Segurança das Nações Unidas

A intervenção do Conselho de Segurança das Nações Unidas vem sobretudo devido a que aconteceu a 15 de junho de 2020. Nesta data, o Egito solicita uma reunião com a Etiópia. Após esta reunião a Liga dos Estados Árabes decide então emitir uma resolução, contudo, chama o Conselho de Segurança das Nações Unidas para que fosse então o mediador desta disputa. Teria como objetivo fazer com que a Etiópia deixasse de decidir fazer os abastecimentos do reservatório da barragem sem qualquer tipo de consulta aos Estados que podem ser afetados (Conselho de Segurança 2021).

A reunião que tinha acontecido no Catar fazia assim com que os Estados pertencentes à

---

<sup>34</sup> Traduzido pela autora.

Liga dos Estados Árabes tomassem partido pelo lado do egípcio e sudanês. Apelavam ainda ao governo etíope que não tomasse decisões unilaterais e sim que decidisse optar pelo caminho da negociação (Reuters 2021).

Desta forma, o Conselho de Segurança das Nações Unidas inicia assim a sua parte na intervenção, quando a 29 de junho de 2020 abrem as conversações. Elas destinam-se sobretudo ao abastecimento do reservatório da barragem. O Conselho de Segurança das Nações Unidas pretendia que fosse elaborado então uma declaração presidencial. Atitude que acabou por ainda motivar também a intervenção da Turquia fazendo a sua proposta o que não foi a avante já que os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas não concordaram (Conselho de Segurança 2021).

Percebemos assim que, o Conselho de Segurança das Nações Unidas acaba por assumir as rédeas de um possível acordo relacionado com o uso da água (Yeranian 2021). Estas negociações relativamente à declaração presidencial mantiveram-se longas e complicadas. Não havendo um acordo relativamente ao abastecimento e operação da Grande Barragem do Renascimento Etíope (Conselho de Segurança 2021). Apesar de tudo o CSNU apela a que os países adotem um acordo que seja “mutuamente aceite e obrigatório”<sup>35</sup> sobre durante quanto tempo deve demorar a Etiópia a realizar o abastecimento do reservatório da barragem (France24 2021).

Alguns membros pertencentes ao Conselho de Segurança não veem com bons olhos esta intervenção na problemática do conflito hídrico entre os três países. Estes membros afirmam que o órgão se dedica a tratar assuntos da paz mundial e que não tem necessidade em assumir assuntos relacionados com o abastecimento da água (France24 2021). Como é o exemplo do representante da Índia no CSNU. Este representante dá legitimidade à questão da partilha de águas transfronteiriças e reconhece que as mesmas devem ser regidas por acordos satisfatórios. No entanto, afirma que as questões relativas à partilha de águas transfronteiriças não são parte da agenda do CSNU (United Nations 2021). Por sua vez, a Etiópia também tece críticas à participação do CSNU pois admite que a UA seria o órgão mais indicado para ajudar a resolver estes problemas (France24 2021). Admite ainda que vai continuar com a segunda fase do abastecimento, que decorre entre julho e agosto durante as monções, sendo segundo a Etiópia

---

<sup>35</sup> Traduzido pela autora.

uma parte natural da construção (Al Jazeera 2021b).

Stephane Dujarric, porta-voz de António Guterres disse que as soluções para este problema devem seguir outro tipo de soluções como aquelas que “foram encontradas para outros problemas que também partilham vias navegáveis, rios e são baseadas no princípio da utilização equitativa e razoável e ainda na obrigação de não causar danos significativos”<sup>36</sup> (Al Jazeera 2021b).

---

\* Traduzido pela autora.

## Conclusão

A presente dissertação de mestrado teve como principal foco de investigação a problemática dos conflitos hídricos. Para que melhor fosse possível analisar esta situação, a investigação focou-se no estudo de caso do Egito, Etiópia e Sudão. A problemática relacionada com a água tem assim a sua origem em 2011 quando é iniciada na Etiópia a construção da Grande Barragem do Renascimento Etíope, no Nilo Azul. Como a Etiópia é um país a montante, a construção da barragem faz com que o Sudão e o Egito temam que o fluxo do Nilo possa vir a ser prejudicado, uma vez que se situam a jusante.

O presente tema torna-se pertinente, uma vez que, demonstra que cada vez mais os Estados irão se ver confrontados com a falta de água que se revela um problema quando esta é partilhada por dois ou mais países. Aliada à escassez hídrica, estão também as alterações climáticas que provocam efeitos extremos como é o caso das grandes secas que vários países se tem vindo a debater. Tudo isto, faz com que se torne cada vez mais importante discutir a problemática ligada aos *water conflicts*.

Para que fosse possível entender os conflitos da água foi essencial investigar tudo o que a literatura já escreveu sobre eles. Assim podemos classificar a presente investigação baseada no conflito hídrico como sendo de nível internacional, já que envolve três países. Este conflito origina-se devido à instalação de uma estrutura de armazenamento de água. Tal como é referido, a Etiópia decide construir uma barragem no seu território pois pretende desenvolver o seu país, sobretudo com a possibilidade de ligar a sua população à rede elétrica. Os dois países a jusante ficam preocupados pois temem que a quantidade de água que o Estado a montante deixa para o país a jusante pode ser menor do que a necessária.

A literatura refere ainda a possibilidade de um terceiro elemento, o que no caso acaba por coincidir com o envolvimento do Sudão que pode ser visto como um membro mediador, já que grande parte das hostilidades se situam mais entre Egito e Etiópia. De salientar ainda que, nem sempre os conflitos hídricos olham só para as questões hídricas. Muitas vezes as políticas e a governança de determinados Estados também acabam por ajudar a que o possível conflito se intensifique.

A análise da problemática foi possível através da lente do institucionalismo liberal. Com esta teoria pertencente às Relações Internacionais, foi possível perceber que numa eventualidade

de existir um conflito de interesses por parte de dois ou mais países, a existência de instituições cria um ambiente onde as várias partes podem debater. A criação de interesses em comum faz assim com que os Estados tentem reduzir os atritos vividos. Com a existência de instituições, a paz e a cooperação entre os Estados passam assim a ser facilitadas. Esta cooperação só poderá existir quando os Estados passam a ter um relacionamento longo e restrito, o seu comportamento é adequado e existem interesses em comum que levam a que seja necessária a cooperação para os atingir. Para que isto seja possível, o sistema internacional deve passar a caracterizar-se por ter uma anarquia institucionalizada.

Para além do modelo teórico, foi importante a análise de dois conceitos. A diplomacia da água e a cooperação hídrica transfronteiriça. Estes dois conceitos ajudam assim a perceber melhor a realidade do estudo de caso quando são aplicados a ele. Sendo assim, de uma forma sucinta podemos dizer que a diplomacia da água é uma forma de encontrar soluções de forma conjunta quando estamos perante problemas de gestão hídrica. Deverá ser bilateral ou multilateral e não só relacionado com os diplomatas mas sim conter todos os atores constituintes do sistema internacional. Não deverá ser visto apenas como uma teoria, mas sim uma ação se queremos efetuar as mudanças. Apesar de tudo não pode ser apenas vista como exclusivamente ligada á água e deverá se compreender que tem desafios que necessita de ultrapassar nos próximos tempos.

A cooperação hídrica transfronteiriça, pretende trazer vários benéficos aos Estados, entre eles a resolução dos conflitos transfronteiriços. Esta cooperação irá ganhar sobretudo força quando se realizar uma partilha de informações, dados e se façam planeamentos que se mostrem relevantes a nível da cooperação hídrica. Através da criação de instituições, todos estes processos se tornarão mais fáceis. Não podendo esquecer de que só com compromissos políticos fortes é que esta cooperação poderá vingar. Também este conceito se vê com dificuldades já que carece de uma única definição habitualmente aceite pelo meio académico.

De forma a que fosse mais fácil para compreender o problema em análise, foi importante investigar o passado hídrico que o Egito, Sudão e Etiópia mantêm em comum. Para isso foi essencial fazer um levantamento dos tratados em que os recursos hídricos eram abordados. Começamos assim em 1902, que tinha como outorgantes o Egito que nesta altura era liderado pelo Reino Unido, sendo uma das suas colónias, e a Etiópia. O objetivo principal deste tratado seria a definição das fronteiras do Egito e Sudão com a Etiópia. Só o artigo três é que faz referência



às águas do Rio Nilo, aqui estava presente a impossibilidade que a Etiópia tinha em fazer qualquer tipo de construções nos afluentes do Nilo para que estas não diminuíssem o fluxo do rio.

Segue-se o tratado de 1929. Aqui a ideia principal era beneficiar o Egito, ao se facilitar e garantir a quantidade de água que chegava a ele através do rio. Todas as construções que o Sudão quisesse efetuar tanto no rio principal como nos seus afluentes deveriam passar pelo olhar egípcio primeiro. Este tratado torna-se assim na oportunidade que o Egito tem de vetar novas construções. O veto do Egito deixa de se direcionar apenas a construções sudanesas e acaba por tentar se estender aos outros países mesmo não sendo os de influência britânica. O Egito passa a achar assim que tem um direito natural sobre o Rio Nilo através da assinatura deste tratado. O tratado de 1959, assinado entre Egito e Sudão, pretendia que o Sudão fornecesse 55 milhões de metros cúbicos de água sem quaisquer impedimentos. Neste tratado vemos pela primeira vez mencionada a cooperação entre estes dois países contra todos os outros que os possam vir a prejudicar. Relativamente à construção de estruturas hídricas, o tratado revelou-se mais permissivo.

O último acordo da década de 90, em 1993, realiza-se entre Etiópia e Egito. Aqui era pretendido aumentar a cooperação e os laços de amizade existentes entre os dois países. A boa vizinhança deveria ser mantida e a não interferência nos assuntos do outro Estado, eram questões também aqui discutidas. A partilha das águas do Nilo deve ser feita em conjunto e de forma a que nenhum país acabe prejudicado.

Outro dos possíveis momentos de cooperação entre Egito, Etiópia e Sudão seria a presença na Iniciativa da Bacia do Nilo. Esta iniciativa não se destinava exclusivamente aos três países, mas sim estava aberta a todos aqueles que pertenciam à bacia hidrográfica do Nilo e quisessem se comprometer. Destinava-se à cooperação, mas logo no ano da sua criação em 1999 não foi vista com bons olhos por todos os países. Promover a paz e a segurança a nível transfronteiriço também eram objetivos. Relativamente à sua constituição, conta com três centros situados em Entebbe, Adis Abeba e Kigali. Cada um destes centros tem as suas próprias ações e objetivos. A iniciativa conta ainda com vários programas onde serão implementadas as medidas necessárias para a paz e cooperação. Os Estados que façam parte da iniciativa devem ainda seguir o que está estipulado no Acordo sobre o Quadro Cooperativo da Bacia do Rio Nilo.

O Acordo sobre o Quadro Cooperativo da Bacia do Nilo é um documento que contém vários artigos destinados à utilização e preservação da bacia hidrográfica do Nilo. Dá aos seus outorgantes uma série de conceitos essenciais para perceber a bacia hidrográfica em que se

inserem e ainda conta com cerca de 15 princípios essenciais. A troca de informações relativas à bacia hidrográfica também tem destaque num dos artigos mencionados no documento, tal como a sua preservação. A segurança hídrica também aqui é abordada. Este documento mostra assim mudanças em vários aspetos quando comparado com os anteriores tratados que foram elaborados.

Relativamente à possível resposta da pergunta de investigação utilizada para esta dissertação, a sua resposta vem presente no conteúdo do “Capítulo IV. A cooperação entre Egipto, Etiópia e Sudão”. Em primeiro lugar, foi necessário contextualizar o motivo para que acontecesse o conflito hídrico. A construção de uma barragem no território etíope e no afluente do Rio Nilo foi o ponto fulcral para que as tensões entre Egipto, Etiópia e Sudão ganhassem vida. A questão principal de divergência entre Etiópia e Egipto era então em quanto tempo deveria ser abastecido o reservatório desta barragem. Para seu bem, o Egipto apelava a uma escala de tempo mais demorada, enquanto que a Etiópia pretendia terminar o mais rápido possível. Para além disto, a Etiópia não via com bom agrado a intervenção do Egipto e do Sudão nos seus assuntos internos já que a barragem pretendia trazer desenvolvimento para o povo etíope e este era um assunto que apenas dizia respeito ao seu povo.

Por outro lado, também não podemos excluir o facto de que, tanto o Sudão como o Egipto iriam acabar por retirar benefícios da construção da barragem. Estes benefícios estariam sobretudo ligados à compra de energia elétrica que seria gerada através da água. Apesar de tudo, para que fosse possível alcançar estes benefícios seria importante que os três países cooperassem entre si e se fizessem munir de ferramentas como a diplomacia para os seus relacionamentos.

De forma a que fosse possível responder à pergunta de investigação, foram analisados os momentos em que os três países tiveram atitudes cooperativas e se muniram da diplomacia para resolver os seus problemas hídricos. Um dos lugares para que isto fosse possível acontecer foi através da Iniciativa da Bacia do Nilo. Aqui desde 2012, foram sempre aplicados programas que mantinham em vista a cooperação e o diálogo entre os vários países da bacia hidrográfica. A comunicação e a partilha de dados era algo que sempre se destacava já que só assim, os países poderiam ganhar confiança uns nos outros. No entanto, o Egipto ao não ver as suas vontades satisfeitas decide cortar a sua participação financeira aquando do plano de 2012 a 2016. Isto mostra assim, que a cooperação entre os países não iria ter uma caminhada tão facilitada por parte de alguns membros.

Apesar de tudo os planos de estratégia seguintes mantiveram a premissa do diálogo relacionado com a bacia hídrica do Nilo pois neste momento, a IBN era o único local onde os países tinham palco para discutir os problemas. A criação de novas plataformas também foi essencial para que se desmitificassem os mitos de que não havia clareza na partilha de dados. Assim estes dados estariam disponíveis para todos aqueles que os quisessem consultar. A criação de eventos relacionados com o Rio Nilo também se mostrou um fator positivo sobretudo para as populações que passaram também a ter conhecimento deste assunto.

A questão da energia elétrica que vem mencionada na estratégia de 2017-2027 mostra assim um ponto essencial no relacionamento dos três países em questão. Aqui, temos em específico a criação do Estudo do Programa de Comércio de Energia do Nilo Oriental. Este era sobretudo destinado ao Egito, Sudão e Etiópia. Era pretendido que os três países criassem laços de amizade entre eles através da comercialização de energia elétrica.

No entanto, para se salientar ainda mais estes compromissos, em 2015 foi elaborada a Declaração de Princípios. Nesta declaração, os três Estados deveriam assinar para que se desse o primeiro passo oficial a abordagens institucionalizadas à questão da partilha do Rio Nilo. Revela ainda que, este documento pode obrigar os países a comportarem-se e a serem obrigados a cumprir o que foi assinado. O documento reconhece que cada país tem as suas necessidades hídricas e todas elas devem ser respeitadas. Apesar de tudo, o documento peca por não garantir que após a conclusão da barragem, a Etiópia vai manter as quotas de água que são necessárias para o Egito e Sudão. Aqui as negociações revelaram-se inconclusivas já que os países não conseguiam chegar a consensos relativamente às consultorias que deviam analisar os impactos da barragem. De notar que estes impactos iam estar a ser avaliados à posteriori já que a barragem começou a ser construída em 2011.

O projeto *Open Water Diplomacy Lab* foi outra das formas que se tentou encontrar para parar as desconfianças entre países. Com esta análise foi possível responder a uma reflexão que tinha sido feita inicialmente na introdução relativamente à perceção que a população tem relativamente à questão hídrica. A verdade é que com este projeto percebemos que a população dos três países não deverá ter muita perceção relativamente à partilha do Rio Nilo, uma vez que, o debate sobre esta problemática é nulo. Por outro lado, percebemos ainda que a bilateralidade do problema também pode ser a causa para não se chegar a uma cooperação plena. O facto da não inclusão oficial do Sudão como sendo um mediador do conflito e também uma parte

interessada. A sua inclusão oficial faria com que fosse vista a perspectiva da cooperação com outros olhos.

Para finalizar, como os esforços não estavam a produzir frutos, algumas instituições decidiram também tentar ajudar na partilha do Rio Nilo para que fosse possível tentar resolver o problema entre Egito, Sudão e Etiópia. Destaca-se aqui a intervenção da União Europeia que tentou que os países ribeirinhos tivessem um maior diálogo entre si. Este diálogo iria mostrar as potencialidades da cooperação entre os países. No entanto, esta intervenção pareceu não surtir muito efeito já que em 2019 e em 2020 vemos uma atuação por parte dos Estados Unidos da América para a resolução do problema. Inclusive os EUA e o Banco Mundial pretendiam organizar uma série de reuniões. Onde mais tarde a Etiópia nega a presença do Banco Mundial como sendo um membro observador nestas reuniões. A Etiópia mostra-se indiferente à possibilidade de resolução do conflito quando se faz de ausente para a última reunião, sendo esta convocada de forma extraordinária. A tentativa de resolução mostra-se mais uma vez sem a possibilidade de gerar frutos que gerem consenso.

Também a União Africana tentou resolver a questão. O presidente da UA mostrava que maior parte das negociações entre os três países já se encontravam resolvidas. No entanto, as desconfianças dos três países mantinham-se, em especial destaque a da Etiópia. Posto isto, o Egito também se revela reticente e acaba por ameaçar o governo etíope. Retira-se assim destas informações de que a UA também não foi suficiente para resolver a questão hídrica do Nilo pela qual Egito, Sudão e Etiópia se debatem há alguns anos.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, revela-se assim o último interveniente a tentar resolver a disputa. Esta intervenção foi requerida por parte da Liga dos Estados Árabes que cada vez mais tomavam partido pelo lado do Egito e Sudão. Estas conversações destinavam-se sobretudo ao abastecimento do reservatório e em quanto tempo esta ação deveria acontecer. O que novamente, chega a um fim sem uma solução à vista. O CSNU não conseguiu com que este problema se resolvesse. Para além do mais, fica bastante claro de que os membros presentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas não aprovavam o facto deste assunto estar a ser debatido pois achavam que a União Africana seria o local apropriado para resolver a questão entre os três países.

Respondendo à pergunta de investigação proposta pela dissertação, podemos perceber dois aspetos. O primeiro é que relativamente ao estudo de caso, a diplomacia e a cooperação não

foram suficientes para que se resolvesse o problema da partilha do Rio Nilo. Já que os três países constituintes teimam em não chegar a um consenso benéfico para os três Estados. Com a investigação percebemos que há muita desconfiança e falta de diálogo entre pelo menos os países destacados para que se chegue a uma cooperação plena. Estes dois elementos essenciais também revelam que os três países não se mostram dispostos a que se mudem estes factos. Mesmo com todos os aspetos abordados durante a investigação, os países parecem não mostrar capacidade de encontrar a cooperação.

O segundo aspeto é de que, a literatura afirma de que a diplomacia da água e a cooperação hídrica transfronteiriça tem a capacidade de conseguir colmatar estes desafios. Desafios estes que cada vez mais se vão fazer notar através do aparecimento dos problemas relacionados com a partilha de recursos hídricos transfronteiriços. No entanto, para que seja possível chegar a esta meta será necessária uma reconfiguração em todos os aspetos por parte dos Estados envolvidos.

## Referências Bibliográficas

- Aamer, Farwa. 2021. "International Hydro-diplomacy: Building and Strengthening Regional Institutions for Water Conflict Prevention". Konrad-Adenauer-Stiftung. <https://www.stimson.org/2021/international-hydro-diplomacy-building-and-strengthening-regional-institutions-for-water-conflict-prevention/>.
- Abdalmohsen, Rehab. 2020. "We need to have cooperation as a system in the whole river basin". Em *Stories from the Eastern Nile River Basin*, 23–24. Egito: International Centre for Water Cooperation. <https://siwi.org/publications/stories-from-the-eastern-nile-river-basin/>.
- Abdelaziz, Khalid, e Aidan Lewis. 2021. "Ethiopia began second phase of filling giant dam in early may, Sudan says". 2021. <https://www.reuters.com/world/africa/ethiopia-began-second-phase-filling-giant-dam-early-may-sudan-says-2021-05-25/>.
- Aftandilian, Gregory. 2018. "Egyptian-Sudanese relations on the mend, but tensions remain". *Arab Center Washington DC* (blog). 2018. <https://arabcenterdc.org/resource/egyptian-sudanese-relations-on-the-mend-but-tensions-remain/>.
- Al Jazeera. 2021a. "Egypt angry as it says Ethiopia has resumed filling GERD". *Al Jazeera* (blog). 2021. <https://www.aljazeera.com/news/2021/7/6/egypt-angry-ethiopia-resumes-filling-gerd>.
- . 2021b. "UNSC discusses Ethiopia dam amid strained ties with Egypt, Sudan". *Al Jazeera* (blog). 2021. <https://www.aljazeera.com/news/2021/7/8/un-to-discuss-ethiopias-dam-that-strained-ties-with-egypt-sudan>.
- , dir. 2021c. *Will Egypt attack Ethiopia?* <https://www.youtube.com/watch?v=zdlGMP-0mjQ>.
- Alabass, Bassem. 2017. "Egypt's thawing relations with the Nile Basin Initiative: What you need to know". *Ahram Online* (blog). 2017. <https://english.ahram.org.eg/NewsContent/1/64/256450/Egypt/Politics-/Egypths-thawing-relations-with-the-Nile-Basin-Initi.aspx>.
- Al-Anani, Khalil. 2020. "Water conflict between Egypt and Ethiopia: A defining moment for both countries". *Arab Center Washington DC* (blog). 2020. <https://arabcenterdc.org/resource/water-conflict-between-egypt-and-ethiopia-a-defining>

moment-for-both-countries/.

Aljefri, Yasir, Liping Fang, Keith Hipel, e Kaveh Madani. 2019. "Strategic analyses of the hydropolitical conflicts surrounding the Grand Ethiopian Renaissance Dam". *Group Decision and Negotiation* 28: 305–40. <https://doi.org/10.1007/s10726-019-09612-x>.

Almohsen, Rehab Abd. 2020. "Q&A: the 'elephant in the room' in Nile Basin reporting". *Scidev.net* (blog). 2020. <https://www.scidev.net/global/supported-content/q-a-the-elephant-in-the-room-in-nile-basin-reporting/>.

Al-Saidi, Mohammad. 2017. "Conflicts and security in integrated water resources management". *Environmental Science and Policy* 73: 38–44.

Amery, Hussein. 2002. "Water wars in the Middle East: A looming threat". *The Geographical Journal* 168 (4): 313–23.

Angelakis, Andreas, Mohammad Valipour, Abdelkader Ahmed, Vasileios Tzanakakis, Nikolaos Paranychiakakis, Jens Krasilnikoff, Renato Drusiani, et al. 2021. "Water Conflicts: From Ancient to Modern Times and in the Future". *Sustainability* 13 (4237): 31. <https://doi.org/10.3390/su13084237>.

Banco Mundial. 2015. "The Nile Story : 15 years of Nile Cooperation-Making an Impact". Entebbe: Banco Mundial. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/23579>.

———. 2017. "Beyond scarcity: Water security in the Middle East and North Africa". MENA Development Series. Washington DC: Banco Mundial. <https://www.worldbank.org/en/topic/water/publication/beyond-scarcity-water-security-in-the-middle-east-and-north-africa>.

———. 2018. "Egypt: Pioneering Participatory Integrated Water Resources Management in the Nile Delta". Water Global Practice. <https://www.worldbank.org/en/results/2018/08/02/egypt-pioneering-participatory-integrated-water-resources-management-in-the-nile-delta>.

Barua, Anamika, Arundhati Deka, Vishaka Gulati, Sumit Vij, Xiawei Liao, e Halla Qaddumi. 2019. "Re-Interpreting cooperation in transboundary waters: Bringing experiences from the Brahmaputra basin". *Water* 11 (2589): 1–22. <https://doi.org/10.3390/w11122589>.

BBC. s.d. *Localização da GBRE*. <https://www.bbc.com/news/world-africa-60451702>.

- Bilbao, Ochoa, e Juan Pablo Lallande. 2017. "Cosmopolitismo, constructivismo y liberalismo institucional: diálogo teórico en torno a la cooperación internacional para el desarrollo". *Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades* 19 (37): 273–99. <https://doi.org/10.12795/araucaria.2017.i37.14>.
- Blaxekjær, Lau Øfjord. 2016. "New Practices and Narratives of Environmental Diplomacy". Em *Environment, Climate Change and International Relations*, 12. E-International Relations.
- Burchill, Scott. 2005. "Liberalism". Em *Theories of International Relations*, 3.ª ed., 64–66. China: Palgrave Macmillan.
- Clackson, Alexander. 2011. "Conflict and cooperation in International Relations". E-International Relations. <https://www.e-ir.info/2011/02/01/conflict-and-cooperation-in-international-relations/>.
- Cascão, A. E. (2009). Changing power relations in the Nile river basin: unilateralism vs. cooperation?. *Water Alternatives*, 2(2).
- Cascão, A. E., & Nicol, A. (2016). GERD: new norms of cooperation in the Nile Basin?. *Water International*, 41(4), 550-573.
- Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa. 2018. "EU conclusions on Water Diplomacy promote accession and implementation of the Water Convention". *UNECE* (blog). 2018. <https://unece.org/environment/press/eu-conclusions-water-diplomacy-promote-accession-and-implementation-water>.
- Conca, Ken. 2007. "Water, conflict and international cooperation". *Fudan Review of International Studies* 7: 23.
- Conselho da União Europeia. 2013. "Council conclusions on EU water diplomacy". [https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009\\_2014/documents/droi/dv/1407\\_councilconclusions\\_/1407\\_councilconclusions\\_en.pdf](https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/droi/dv/1407_councilconclusions_/1407_councilconclusions_en.pdf).
- Conselho de Segurança. 2021. "Security Council presidential statement on the Grand Ethiopian Renaissance Dam (GERD)". Nova Iorque: What's In Blue. [https://www.securitycouncilreport.org/whatsinblue/2021/09/security-council-presidential-statement-on-the-grand-ethiopian-renaissance-dam-gerd.php?utm\\_medium=email&utm\\_campaign=15%20September%20Campaign%201&u](https://www.securitycouncilreport.org/whatsinblue/2021/09/security-council-presidential-statement-on-the-grand-ethiopian-renaissance-dam-gerd.php?utm_medium=email&utm_campaign=15%20September%20Campaign%201&u)



tm\_content=15%20September%20Campaign%201+CID\_21d7311d2d31575d35cac877bf41494f&utm\_source=Email%20Newsletter&utm\_term=Security%20Council%20Presidential%20Statement%20on%20the%20Grand%20Ethiopian%20Renaissance%20Dam%20GERD.

"Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento". 1992. Rio de Janeiro. [https://apambiente.pt/sites/default/files/\\_A\\_APA/Cidadania\\_ambiental/AssuntosInternacionais/1992\\_Declaracao\\_Rio.pdf](https://apambiente.pt/sites/default/files/_A_APA/Cidadania_ambiental/AssuntosInternacionais/1992_Declaracao_Rio.pdf).

Dias, Carlos. 2022. "Espanha já travou a transferência de água do rio Douro para Portugal". *Publico* (blog). 2022. <https://www.publico.pt/2022/09/27/azul/noticia/espanha-travou-transferencia-agua-rio-douro-portugal-2022019>.

Dunne, Charles. 2020. "The Grand Ethiopian Renaissance Dam and Egypt's military options". *Arab Center Washington DC* (blog). 2020. <https://arabcenterdc.org/resource/the-grand-ethiopian-renaissance-dam-and-egypts-military-options/>.

Editor. 2020. "Tratados coloniais impedem construção de barragem no Nilo". *A Referência* (blog). 2020. <https://areferencia.com/africa/tratados-coloniais-impedem-construcao-de-barragem-no-nilo/>.

Editores da Enciclopédia Britannica. 2020. "United Arab Republic". *Britannica* (blog). 2020. <https://www.britannica.com/place/United-Arab-Republic>.

El-Zoghby, Yosra. 2020. "Egypt, GERD, and playing the nationalism card". Em *Stories from the Eastern Nile River Basin*, 25. Egito: International Centre for Water Cooperation. <https://siwi.org/publications/stories-from-the-eastern-nile-river-basin/>.

Espíndola, Isabela, e Maria Luísa Leite. 2021. "Cooperação e diplomacia hídrica: A contribuição das águas compartilhadas para a cooperação regional". *NUPRI-USP*, 2021.

Farnum, Rebecca. 2018. "Drops of diplomacy: Questioning the scale of hydro-diplomacy through fogharvesting". *Journal of Hydrology* 562: 446–54. <https://doi.org/10.1016/j.jhydrol.2018.05.012>.

Feleke, Alazar. 2020. "The Treaty between Great Britain and Ethiopia of May 15, 1902". *weASPIRE* (blog). 2020. <https://www.weaspire.info/the-treaty-between-great-britain-and-ethiopia-of-may-151902/>.

- Ferede, Wuhibegezer, e Sheferawu Abebe. 2014. "The efficacy of water treaties in the Eastern Nile Basin". *Africa Spectrum* 49 (1): 55–67.
- France24. 2021. "UN urges Egypt, Sudan and Ethiopia to resume mega-dam talks". *France24* (blog). 2021. <https://www.france24.com/en/live-news/20210915-un-urges-egypt-sudan-and-ethiopia-to-resume-mega-dam-talks>.
- Gehrig, Jason, e Mark Rogers. 2009. "Water, conflict, and cooperation: background". Em *Water and conflict: Incorporating peacebuilding into water development*, 3–13. Baltimore: Catholic Relief Services. [https://www.pseau.org/outils/ouvrages/crs\\_water\\_conflict.pdf](https://www.pseau.org/outils/ouvrages/crs_water_conflict.pdf).
- Getachew, Addis. 2020. "Analysis: Ethiopia and Egypt continue to disagree on GERD dam filling and operation". Em *Stories from the Eastern Nile River Basin*, 26–28. Etiópia: International Centre for Water Cooperation. <https://siwi.org/publications/stories-from-the-eastern-nile-river-basin/>.
- Gleick, Peter. 1993. "Water and Conflict". *International Security* 18 (1): 79112.
- Grieco, Joseph. 2016. "Anarchy and the limits of cooperation: A realist critique of the newest liberal institutionalism", 2016.
- Hefny, Magdy. 2011. "Water Diplomacy: A tool for enhancing water peace and sustainability in the Arab Region". Apresentado na Second Arab Water Forum, Cairo. <http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Cairo/Water%20Diplomacy%20in%20Action%20Strategy%20Doc%203%20Rev%202%20Final%20and%20Action%20Plan%5B1%5D.pdf>.
- Heiss, Andrew, e Tana Johnson. 2018. "Liberal institutionalism—its threatened past, its threatened future". *Brookings* (blog). 2018. <https://www.brookings.edu/blog/future-development/2018/07/18/liberal-institutionalism-its-threatened-past-its-threatened-future/>.
- Hussein, Hassen. 2014. "Egypt and Ethiopia spar over the Nile". *Al Jazeera* (blog). 2014. <http://america.aljazeera.com/opinions/2014/2/egypt-disputes-ethiopiarenaissancedam.html>.
- Iniciativa Bacia do Nilo. 2010. "Agreement on the Nile River Basin Cooperative Framework". <https://nilebasin.org/images/docs/CFA%20-%20English%20%20FrenchVersion.pdf>.

- . 2011. "About ENTRO-ENSAP". *ENTRO* (blog). 2011. <https://entro.nilebasin.org/about-ensap-entro>.
- . 2013. "Communication and stakeholder engagement strategy 2013-2016". Iniciativa da Bacia do Nilo. [https://nilebasin.org/images/docs/Communication%20and%20Stakeholder%20Engagement%20Strategy\\_ENG\\_FINAL.pdf](https://nilebasin.org/images/docs/Communication%20and%20Stakeholder%20Engagement%20Strategy_ENG_FINAL.pdf).
- . 2015. "Cooperation on the Nile -Bringing down the glass wall". Banco Mundial. <https://nilebasin.org/index.php/documents-publications/56-cooperation-on-the-nile-digital/file>.
- . 2018. "Communication and Stakeholder Engagement Strategy 2018 – 2023". Iniciativa da Bacia do Nilo. <https://nilebasin.org/index.php/transboundary-policies/76-communication-and-stakeholder-engagement-strategy-2013-2016>.
- . s.d. *Bacia Hidrográfica do Rio Nilo*. <https://www.nilebasin.org/index.php/media-center/maps/66-major-subbasins/file>.
- . s.d. *Locais onde já se realizou o "Dia do Nilo"*. <https://nilebasin.org/nileday/nile-day/>.
- . s.d. "NBI Strategy 2017 - 2027". Iniciativa da Bacia do Nilo. <https://nilebasin.org/images/docs/NBI-Strategy-2017–2027.pdf>.
- . s.d. "Nile Equatorial Lakes Subsidiary Action Program". *NELSAP-CU* (blog). s.d. <https://nelsap.nilebasin.org/index.php/en/about-nelsap/who-we-are>.
- . s.d. "Who We Are". *Nile-SEC* (blog). s.d. <https://nilesec.nilebasin.org/index.php/nile-sec/who-we-are2>.
- . s.d. "Who we are". *Nile Basin Initiative* (blog). s.d. <https://www.nilebasin.org/index.php/nbi/who-we-are>.
- Institute for Water Education. 2021. "#EveryDayNile - Highlighting Open Water Diplomacy Lab". *Institute for Water Education* (blog). 2021. <https://www.un-ihe.org/news/everydaynile-highlighting-open-water-diplomacy-lab>.
- Jadallah, Elzahraa. 2020. "Sudan caught between a rock and a hard place in difficult dam talks". Em , 29–30. Sudão: International Centre for Water Cooperation.

<https://siwi.org/publications/stories-from-the-eastern-nile-river-basin/>.

Johnson, Tana, e Andrew Heiss. 2018. "Liberal Institutionalism". Em *International Organization and Global Governance*, 2.<sup>a</sup> ed., 21. Londres: Routledge.

Kameri-Mbote, Patricia. 2007. "Water, Conflict, and Cooperation: Lessons From the Nile River Basin". The Wilson Center. <https://www.wilsoncenter.org/publication/water-conflict-and-cooperation-lessons-the-nile-river-basin-no-4>.

Kansara, Prakrut, Wenzhao Li, Hesham El-Askary, Venkataraman Lakshmi, Thomas Piechota, Daniele Struppa, e Mohamed Sayed. 2021. "An assessment of the filling process of the Grand Ethiopian Renaissance Dam and its impact on the downstream countries". *Remote Sens* 13 (711): 17. <https://doi.org/10.3390/rs13040711>.

Keohane, Robert. 2012. "Twenty Years of Institutional Liberalism". *International Relations* 26 (2): 125–38. <https://doi.org/10.1177/0047117812438451>.

Kimenyi, Mwangi, e John Mbaku. 2015. "The limits of the new "Nile Agreement"". *Brookings* (blog). 2015. <https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2015/04/28/the-limits-of-the-new-nile-agreement/>.

Klimes, Martina, David Michel, Elizabeth Yaari, e Phillipa Restiani. 2019. "Water diplomacy: The intersect of science, policy and practice". *Journal of Hydrology* 575: 1362–70. <https://doi.org/10.1016/j.jhydrol.2019.02.049>.

Kloos, Julia, Niklas Baumert, Therese Rosenfeld, e Fabrice Renaud. 2013. "Climate change, water conflicts and human security: Regional assessment and policy guidelines for the Mediterranean, Middle East And Sahel". 10. Bona: Instituto para o Ambiente e Segurança Humana.  
[https://www.researchgate.net/publication/256364789\\_CLIMATE\\_CHANGE\\_WATER\\_CONFLICTS\\_AND\\_HUMAN\\_SECURITY\\_REGIONAL\\_ASSESSMENT\\_AND\\_POLICY\\_GUIDELINES\\_FOR\\_THE\\_MEDITERRANEAN\\_MIDDLE\\_EAST\\_AND\\_SAHEL](https://www.researchgate.net/publication/256364789_CLIMATE_CHANGE_WATER_CONFLICTS_AND_HUMAN_SECURITY_REGIONAL_ASSESSMENT_AND_POLICY_GUIDELINES_FOR_THE_MEDITERRANEAN_MIDDLE_EAST_AND_SAHEL).

Krakow, Carly. 2020. "The International Law and Politics of Water Access: Experiences of displacement, statelessness, and armed conflict". *Water* 12 (340): 28.

Lamy, Steven. 2014. "Chapter 8: Contemporary mainstream approaches: neo-realism and neo-liberalism". Em *The globalization of world politics: An introduction to international relations*,

6.<sup>a</sup> ed., 132–33. Oxford University Press.

Larrick, Michael. 2017. "Water Wars: Privatization, pollution and profit". *Water Law Review* 21 (1): 83–88.

Lawson, Fred. 2017. "Egypt versus Ethiopia: The conflict over the Nile metastasizes". *The International Spectator* 52 (4): 129–44. <https://doi.org/10.1080/03932729.2017.1333272>.

Lucarelli, Sonia. 1998. "Western Europe and the breakup of Yugoslavia: A political failure in search of a scholarly explanation". Doutoramento, Florença: European University Institute.

Maru, Mehari. 2020a. "The emergence of another african conflict: Egypt, Ethiopia and geopolitics of the Renaissance Dam". *Al Jazeera* (blog). 2020. <https://studies.aljazeera.net/ar/node/4594>.

———. 2020b. "The Nile rivalry and its peace and security implications: What can the African Union do?" *Institute for Peace and Security studies* 1 (1): 14.

Mason, Simon. 2004. "From conflict to cooperation in the Nile Basin interaction between water availability, water management in Egypt and Sudan, and International Relations in the Eastern Nile Basin". Doutoramento, Zúrique: Swiss Federal Institute of Technology Zurich. <https://www.research-collection.ethz.ch/bitstream/handle/20.500.11850/85892/eth-27328-02.pdf?sequence=2&isAllowed=y>.

Mason, Simon, e Tobias Siegfried. s.d. "Water Conflicts". *SSWM* (blog). s.d. <https://sswm.info/sswm-university-course/module-8-water-and-sanitation-future-challenges/further-resources-water-and/water-conflicts>.

Mbaku, John. 2020. "The controversy over the Grand Ethiopian Renaissance Dam". *Brookings* (blog). 2020. <https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2020/08/05/the-controversy-over-the-grand-ethiopian-renaissance-dam/>.

McCracken, Melissa, e Chloé Meyer. 2018. "Monitoring of transboundary water cooperation: Review of Sustainable Development Goal Indicator 6.5.2 methodology". *Journal of Hydrology* 563: 1–12. <https://doi.org/10.1016/j.jhydrol.2018.05.013>.

McGlinchey, Stephen. 2017. "Diplomacy". Em *International Relations*, 8. E-International Relations.

- Michel, David. 2020. "Water Conflict Pathways and Peacebuilding Strategies". 164. Washington DC: United States Institute of Peace. [https://www.usip.org/sites/default/files/2020-08/pw\\_164-water\\_conflict\\_pathways\\_and\\_peacebuilding\\_strategies-pw.pdf](https://www.usip.org/sites/default/files/2020-08/pw_164-water_conflict_pathways_and_peacebuilding_strategies-pw.pdf).
- Milman, A., & Gerlak, A. K. (2020). International river basin organizations, science, and hydrodiplomacy. *Environmental Science & Policy*, 107, 137-149.
- Mohyeldeen, Sherif. 2021. "The dam that broke open an Ethiopia-Egypt dispute". *Carnegie Middle East Center* (blog). 2021. <https://carnegie-mec.org/2021/02/12/dam-that-broke-open-ethiopia-egypt-dispute-pub-83867>.
- Mugira, Fredrick. 2021. "Open Water Diplomacy Lab". *Water Journalists Africa* (blog). 2021. <https://waterjournalistsafrica.com/openwaterdiplomacylab/>.
- Mutahi, Basillioh. 2020. "Egypt-Ethiopia row: The trouble over a giant Nile dam". *BBCNews*, 2020. <https://www.bbc.com/news/world-africa-50328647>.
- Nações Unidas. 2002. "World Water Day 2002: Water for Development". <https://press.un.org/en/2002/iaea1351.doc.htm>.
- Nile Water Lab. s.d. "About the research on Media and Water Diplomacy". *Nile Water Lab* (blog). s.d. <https://nilewaterlab.org/mediawaterdiplomacy/about-the-media-research/>.
- Nuruzzaman, Mohammed. 2008. "Liberal Institutionalism and International Cooperation after 11 September 2001". *International Studies* 45 (3). <https://doi.org/10.1177/002088170904500302>.
- Nye, Joseph. 2014. "The regime complex for managing global cyber activities". *Belfer Center for Science and International Affairs* 1: 1–20.
- Obengo, Joel. 2016. "Hydropolitics of the Nile: The case of Ethiopia and Egypt". *African Security Review* 25 (1): 95–103. <https://doi.org/10.1080/10246029.2015.1126527>.
- Okoth-Owiro, Arthur. 2004. *The Nile Treaty State Succession and International Treaty Commitments: A Case Study of The Nile Water Treaties*. Nairobi: Konrad Adenauer Foundation.
- Organisation pour la Mise en Valeur du fleuve Sénégal. 2021. "Organisation pour la Mise en Valeur

- du fleuve Sénégal". 2021. <https://www.omvs.org/>.
- Ormston, Rachel, Liz Spencer, Matt Barnard, e Dawn Snape. 2013. "The Foundations of Qualitative Research". Em *Qualitative Research Practice*, 2.ª ed., 1–26. Londres: SAGE Publications.
- Pacific Institute. 2019. "Water Conflict Chronology". 2019. <https://www.worldwater.org/water-conflict/>.
- Paravicini, Giulia, e Dawit Endeshaw. 2020. "Egypt, Ethiopia, Sudan deadlocked over giant Nile dam, look to Washington talks". *Reuters*, 2020. <https://www.reuters.com/article/egypt-ethiopia/egypt-ethiopia-sudan-deadlocked-over-giant-nile-dam-look-to-washington-talks-idUSL8N29E4RU>.
- Pemunta, Ngambouk, Ngo Ngo, Choumbou Djomo, Sianga Mutola, Judith Seember, Grace Mbong, e Enjeckayang Forkim. 2021. "The Grand Ethiopian Renaissance Dam, egyptian national security, and human and food security in the Nile River Basin". *Cogent Social Sciences* 7 (1): 18. <https://doi.org/10.1080/23311886.2021.1875598>.
- Petersen-Perlman, Jacob, Jennifer Veilleux, e Aaron Wolf. 2017. "International water conflict and cooperation: challenges and opportunities". *Water International* 42 (2): 105–20. <https://doi.org/10.1080/02508060.2017.1276041>.
- Rahman, Majeed. 2012. "Water security: Ethiopia–Egypt transboundary challenges over the Nile River Basin". *Journal of Asian and African Studies* 48 (1): 35–46. <https://doi.org/10.1177/0021909612438517>.
- Reino Unido, Etiópia, e Itália. 1902. "The frontiers between the Soudan, Ethiopia, and Eritreia". [https://m.marefa.org/images/b/bd/Treaty\\_of\\_Addis\\_Ababa\\_1902.pdf](https://m.marefa.org/images/b/bd/Treaty_of_Addis_Ababa_1902.pdf).
- República Árabe do Egito, e Etiópia. 1993. "Framework for general Co-Operation between The Arab Republic of Egypt and Ethiopia". [https://www.internationalwaterlaw.org/documents/regionaldocs/1993\\_Ethiopia-Egypt-Framework\\_Agreement-Nile\\_Basin.pdf](https://www.internationalwaterlaw.org/documents/regionaldocs/1993_Ethiopia-Egypt-Framework_Agreement-Nile_Basin.pdf).
- República do Sudão. 2015. "Agreement on Declaration of Principles between The Arab Republic of Egypt, The Federal Democratic Republic of Ethiopia And The Republic of the Sudan On The Grand Ethiopian Renaissance Dam Project (GERDP)". <https://hlrn.org/img/documents/Renaissance%20Dam%20Agreement.pdf>.

- República do Sudão, e República Árabe Unida. 1959. "Agreement between the Republic of the Sudan and the United Arab Republic for the full utilization of the Nile waters signed at Cairo, 8 November 1959". Organização das Nações Unidas. <https://www.fao.org/3/w7414b/w7414b13.htm>.
- Reuters. 2021. "Arab states call on U.N. Security Council to meet over Ethiopian dam". *Reuters* (blog). junho de 2021. <https://www.reuters.com/world/middle-east/arab-states-call-un-security-council-meet-over-ethiopian-dam-2021-06-15/>.
- Richardson, James. 2008. "The Ethics of Neoliberal Institutionalism". Em *The Oxford Handbook Of International Relations*, 222–33. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Shapcott, Richard. 2008. "Critical Theory". Em *The Oxford Handbook Of International Relations*, 327–45. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Sousa, Bruno. 2022. "Espanha corta água ao Douro e falha cotas da Convenção de Albufeira". *Euronews* (blog). 2022. <https://pt.euronews.com/2022/09/28/espanha-corta-agua-ao-douro-e-falha-cotas-da-convencao-de-albufeira>.
- Sousa, Fernando, e Pedro Mendes. 2014a. "Cooperação". Em *Dicionário de Relações Internacionais*, 3.ª ed., 62–63. Porto: Edições Afrontamento.
- . 2014b. "Institucionalismo Liberal". Em *Dicionário das Relações Internacionais*, 3.ª ed., 128. Porto: Edições Afrontamento.
- Stein, Arthur. 2008. "2.1 Institutions as Marginal and Epiphenomenal". Em *The Oxford Handbook of International Relations*, 206. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Stockholm International Water Institute. 2019. "Water diplomacy: Facilitating dialogues". Stockholm International Water Institute. <https://www.siwi.org/wp-content/uploads/2019/07/HLPF-Policy-Brief-3-july-Web.pdf>.
- . 2021. "Water cooperation". *International Centre for Water Cooperation* (blog). 2021. <https://www.siwi.org/what-we-do/international-centre-water-cooperation/>.
- Stoll, Daniel. 2018. "The Egypt-Ethiopia Nile water crisis: a cause for regional tensions?" *Arab Center Washington DC* (blog). 2018. <https://arabcenterdc.org/resource/the-egypt-ethiopia-nile-water-crisis-a-cause-for-regional-tensions/>.



- Subramanian, Ashok, Bridget Brown, e Aaron Wolf. 2012a. "Enhancing cooperation". Em *Reaching across the waters: Facing the risks of cooperation in international waters*, 31–37. Washington DC: Banco Mundial. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/17256>.
- . 2012b. "Understanding Risk". Em *Reaching across the waters: Facing the risks of cooperation in international waters*, 27–30. Washington DC: Banco Mundial. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/17256>.
- Subramanian, Ashok, Bridget Brown, Aaron Wolf, Barbara Miller, Eileen Burke, e J.B Collier. 2012. "Eastern Nile, 1999–2004". Em *Reaching across the waters: Facing the risks of cooperation in international waters*, 11–14. Washington DC: Banco Mundial. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/17256>.
- Swain, Ashok. 1997. "Ethiopia, the Sudan, and Egypt: The Nile River dispute". *The Journal of Modern African Studies* 35 (4): 675–94. <https://doi.org/10.1017/S0022278X97002577>.
- Taniguchi, Trevor. 2014. "Understanding and the Interpretive Approach in International Relations". *The International Journal of Science and Society* 5: 53–64.
- Tawil, Noha. 2020. "Declaration of Principles on Renaissance Dam is “exclusive agreement” binding Egypt, Ethiopia, Sudan together: intl. law expert". *Egypt today*, 2020. <https://www.egypttoday.com/Article/1/88909/Declaration-of-Principles-on-Renaissance-Dam-is-exclusive-agreement-binding>.
- Terra, Leandro, e Leonardo Ramos. 2012. "Keohane e o institucionalismo liberal: conflitos ontológicos na construção teórica das Relações Internacionais". *E-civitas Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH*, 2012.
- "The Dublin Statement on Water and Sustainable Development". 1992. Dublin. <http://www.un-documents.net/h2o-dub.htm>.
- Tremlett, Giles. 2005. "Spain and Portugal in water fight". *The Guardian* (blog). 2005. <https://www.theguardian.com/world/2005/jun/07/spain.gilestremlett>.
- Tront, Jacqueline. 2015. "Transboundary water cooperation helps build climate resilience". The

Water Blog. 2015. <https://blogs.worldbank.org/water/transboundary-water-cooperation-helps-build-climate-resilience>.

UN Water. 2013. "Water cooperation in action: approaches, tools and processes". Saragoça: UN Water.  
[https://www.un.org/waterforlifedecade/water\\_cooperation\\_2013/pdf/water\\_cooperation\\_in\\_action\\_approaches\\_tools\\_processes.pdf](https://www.un.org/waterforlifedecade/water_cooperation_2013/pdf/water_cooperation_in_action_approaches_tools_processes.pdf).

União Europeia. s.d. "Action document for the programme for transboundary water management in the Nile River Basin". União Europeia. [https://ec.europa.eu/international-partnerships/system/files/action-document-for-the-programme-for-transboundary-water-management-in-the-nile-river-basin\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/international-partnerships/system/files/action-document-for-the-programme-for-transboundary-water-management-in-the-nile-river-basin_en.pdf).

UNITAR. s.d. "Keeping the Taps Running in a Changing Climate". *UNITAR* (blog). s.d. <https://event.unitar.org/full-catalog/keeping-taps-running-changing-climate-0>.

United Nations. 2021. "Security Council presidential statement encourages Egypt, Ethiopia, Sudan to resume talks on Grand Renaissance Dam". *United Nations* (blog). 2021. <https://press.un.org/en/2021/sc14637.doc.htm>.

Veilleux, JC. 2015. "Water conflict case study – Ethiopia's Grand Renaissance Dam: Turning from conflict to cooperation". Em *Earth Systems and Environmental Sciences*, 8. Miami: Elsevier.  
[https://www.researchgate.net/publication/281641708\\_Water\\_Conflict\\_Case\\_Study\\_-\\_Ethiopia's\\_Grand\\_Renaissance\\_Dam\\_Turning\\_from\\_Conflict\\_to\\_Cooperation](https://www.researchgate.net/publication/281641708_Water_Conflict_Case_Study_-_Ethiopia's_Grand_Renaissance_Dam_Turning_from_Conflict_to_Cooperation).

Warner, J. (2012). Three lenses on water war, peace and hegemonic struggle on the Nile. *International Journal of Sustainable Society*, 4(1-2), 173-193.

Woldetsadik, Tadesse. 2014. "Anglo-Ethiopian Treaty on the Nile and the Tana Dam Concessions: A Script in Legal History of Ethiopia's Diplomatic Confront (1900-1956)". *Mizan Law Review* 8 (2): 271–98. <http://dx.doi.org/10.4314/mlr.v8i2.1>.

- Wolf, A. T., Yoffe, S. B., & Giordano, M. (2003). International waters: identifying basins at risk. *Water policy*, 5(1), 29-60.
- Yasuda, Yumiko, Douglas Hill, Dipankar Aich, Patrick Huntjens, e Ashok Swain. 2018. "Multi-track water diplomacy: current and potential future cooperation over the Brahmaputra River Basin". *Water International* 43 (5): 642-64. <https://doi.org/10.1080/02508060.2018.1503446>.
- Yeranian, Edward. 2021. "Arab foreign ministers meet in Qatar to discuss Nile dam conflict". *Voa News* (blog). junho de 2021. [https://www.voanews.com/a/africa\\_arab-foreign-ministers-meet-qatar-discuss-nile-dam-conflict/6207059.html](https://www.voanews.com/a/africa_arab-foreign-ministers-meet-qatar-discuss-nile-dam-conflict/6207059.html).
- Yihdego, Z., Rieu-Clarke, A., & Cascão, A. E. (Eds.). (2017). *The Grand Ethiopian Renaissance Dam and the Nile Basin: implications for transboundary water cooperation*. Routledge.